

A Participação Política da Juventude em Portugal

**Formas emergentes de participação:
Etnografia online com coletivos ativistas**

Ricardo Soares, Carla Malafaia, Norberto Ribeiro,
Pedro Menezes, Pedro D. Ferreira

 **FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN**



A Participação Política da Juventude em Portugal

**Formas emergentes de participação:
Etnografia online com coletivos ativistas**

Relatório produzido por:

Ricardo Soares, Carla Malafaia, Norberto Ribeiro,
Pedro Menezes, Pedro D. Ferreira

Índice

Sumário Executivo	5
1.Introdução	6
2.Objetivos, questões e desenho da investigação, e participantes	7
3.Análise e resultados	10
3.1. Escudo Identitário	12
3.2. Plataforma Já Marchavas! (Viseu)	32
3.3. Extinction Rebellion (Lisboa)	33
3.4. Frente Unitária Antifascista (Braga)	34
4.Síntese integrativa	41
Referências bibliográficas	48
Anexos	49
Anexo I: Guiões utilizados nas entrevistas aprofundadas	49

Lista de Tabelas

Tabela 1. Composição e especificidades das entrevistas aprofundadas (nome fictício, idade; atividade no coletivo; tempo de duração)	8
---	---

Lista de Figuras

Figura 1. Atividade <i>online</i> do Escudo Identitário ao longo do tempo	11
Figura 2. Atividade <i>online</i> do XR Lisboa ao longo do tempo	11
Figura 3. Atividade <i>online</i> do FUA Braga ao longo do tempo	11
Figura 4. Atividade <i>online</i> da Plataforma Já Marchavas! ao longo do tempo	12
Figura 5. História de Instagram do dia 5 de novembro de 2020	14
Figura 6. Publicação do dia 17 de outubro de 2020	15
Figura 7. Publicação do dia 6 de outubro de 2020, a documentar ação de homenagem a D. Afonso Henriques e a “todos os homens que ousaram ser portugueses	17
Figura 8. Publicação do dia 1 de dezembro de 2020, a documentar ação de homenagem aos “famosos de 40 que lutaram com ardor”	18
Figura 9. Os rostos da resistência nas diferentes ações	21
Figura 10. Transmissão ao vivo dos discursos dos/as ativistas na marcha LGBTI+	21
Figura 11. Presença da componente visual-informativa no espaço público na iniciativa de 11 de outubro	22
Figura 12. Memorial de vítimas de femicídio em Portugal	22
Figura 13. Estrutura artística da ação do dia 10 de dezembro	23
Figura 14. Alguns exemplos de conteúdos visuais publicados	24
Figura 15. Divulgação de reuniões abertas do coletivo	25
Figura 16. Ilustração do teor artístico e performativo desta ação	29

Figura 17. <i>Graffitis</i> e afixação de cartazes na ação Paint the Streets	29
Figura 18. Caráter performativo da ação de bloqueio	30
Figura 19. <i>Post</i> da ciberacção no Facebook e Instagram	31
Figura 20. Indicações para participação ação na esfera digital	31
Figura 21. Partilhas de informação sobre flagelo	32
Figura 22. Publicações de divulgação das reuniões das ações do XR	32
Figura 23. Conteúdos visuais publicados sobre ‘ser antifascista’	34
Figura 24. Exemplos de notícias partilhadas sobre André Ventura e o seu partido	35
Figura 25. Conteúdos de sátira sobre André Ventura e o seu partido	35
Figura 26. Incentivo a ações de boicote a estabelecimentos	36
Figura 27. Ilustração do confronto na rua com apoiantes do ‘Chega!’	37
Figura 28. Divulgação de materiais de formação antifascistas	38
Figura 29. Exemplo de partilha de conteúdos sobre diversas causas	38
Figura 30. Exemplo de partilha de conteúdos sobre mortes às mãos do fascismo	39

Sumário Executivo

Este capítulo apresenta os resultados da observação e análise de formas de ativismo juvenil com base na ação de coletivos em que as formas de participação não-convencionais e expressivas (artísticas/performativas) estão particularmente presentes, organizadas em torno de causas específicas. O desenho metodológico da investigação envolveu a realização de etnografia digital intensiva e entrevistas aprofundadas. Mais concretamente, os dados foram obtidos, num primeiro momento, através da realização de uma etnografia *online* (em redes sociais), onde, durante cinco meses (agosto a dezembro de 2020), foram observados quatro coletivos selecionados pela intensidade da sua atividade *online*, pela visibilidade do envolvimento de ativistas jovens, pela diversidade das suas causas e posicionamentos e por estarem presentes em diferentes regiões do país: Escudo Identitário (Nacional), Plataforma Já Marchavas! (Viseu), Extinction Rebellion (Lisboa) e Frente Unitária Antifascista (Braga). Num segundo momento, foram realizadas entrevistas com ativistas ou representantes dos coletivos observados (oito entrevistas: duas por cada coletivo), de modo a aprofundar e discutir alguns pontos da observação realizada *online*. As entrevistas tiveram lugar entre fevereiro e março de 2021.

Em primeiro lugar, todos os grupos e movimentos políticos ancoram as suas retóricas e os seus modos de atuação em torno de uma dimensão projetual, com foco num futuro coletivo que consideram ameaçado e, por conseguinte, relativamente ao qual é necessário apelar à mobilização da sociedade e à ação. Na medida em que os coletivos focam causas específicas e advogam preocupações (em alguns casos, radicalmente) distintas – a dissolução da identidade nacional e europeia (Escudo Identitário), as estruturas patriarcais discriminatórias (Plataforma Já Marchavas!), a crise climática (Extinction Rebellion) e a ascensão da extrema-direita (Frente Unitária Antifascista) –, há divergências claras entre eles no que toca a este ‘bem-comum’ e ao que configura a tomada de consciência e combate dessa ameaça.

Nota-se também a presença em todos os quadrantes de narrativas antissistema e de crítica relativamente às autoridades, figuras e instituições políticas, através de discursos textuais e visuais que contestam a falta de atenção e ação no combate aos problemas urgentes que, nas suas visões, colocam em causa o futuro da sociedade. Em alguns casos, essa dimensão antissistema estende-se a outras figuras ou instituições de elite económica e financeira e das lógicas que promovem, vistas também como responsáveis. Com efeito, o Escudo Identitário contesta aquilo que designam por orientação ‘multicultural’ governativa, responsável pela fragilização da economia e da identidade portuguesa. Também o Extinction Rebellion se expressa em oposição aos governos que privilegiam interesses privados orientados por lógicas capitalistas, em detrimento de ações pela emergência climática. A Plataforma Já Marchavas! considera que o poder autárquico viseense contribui para a opressão ao desvalorizar questões centrais de Direitos Humanos, denunciando os bloqueios do governo municipal às suas ações políticas. A Frente Unitária Antifascista sublinha o seu desagrado perante o que classificam como inação e passividade dos partidos políticos, em particular os de esquerda, no combate às ameaças trazidas pela ascensão de partidos de extrema-direita.

O contexto de observação *online* permite também perceber relações de convergência ou oposição entre os grupos políticos. Por um lado, é possível observar a continuidade entre questões climáticas, LGBTI+ e antifascistas. Neste sentido, o movimento antifascista enquadra a sua oposição a grupos fascistas de modo interseccional, reconhecendo a luta antifascista como uma luta contra diversas dimensões e estruturas opressivas e discriminatórias. Concomitantemente, a Plataforma Já Marchavas! configura as suas narrativas em torno da interseccionalidade e da articulação de causas, orientando as suas ações e os modos de organização na defesa dos Direitos Humanos, ameaçados pela homofobia, pelo machismo, pelo racismo e pela xenofobia.

Foi possível ainda observar que, nos seus modos de atuação, os coletivos recorrem a estratégias de comunicação que assentam em mensagens visualmente apelativas e concretas e numa interpelação do espaço público que faz uso do conflito, para promover uma identificação mais efetiva (e afetiva) com as suas narrativas e, desse modo, incrementar a mobilização individual e coletiva. Tal fica claro, por exemplo, na forma com os coletivos vão assumindo posições antagónicas e disputando interpretações relativamente à História e ao que nela valorizar – figuras e acontecimentos que exaltam um passado “heroico” e “glorioso” da nação portuguesa (Escudo Identitário) ou a memória de figuras importantes na luta antifascista e das vítimas desse regime (Frente Unitária Antifascista). A mesma lógica fica patente quando, por exemplo, o Escudo Identitário elabora discursos com o intuito de invisibilizar e minorizar a capacidade política de grupos opostos; a Frente Unitária Antifascista recorre amplamente a conteúdos visuais de tom satírico (e.g. *memes* e *cartoons*) para denunciar e escrutinar ações de partidos como o Chega; a Plataforma Já Marchavas! afirma e visibiliza os/as ativistas e as suas experiências, publicando as suas fotografias e seus vídeos e o Extinction Rebellion dissemina imagens sobre a crise climática – todos procuram suscitar um sentido de identificação, mobilização e compromisso com causas, conferindo-lhes uma dimensão de realidade e concretude que seja motor da ação, em alguns casos da ação direta, e da experiência dessa ação, que ocupam um lugar central na forma de ser e fazer política destes coletivos.

1. Introdução

O espaço digital tem estado no centro das discussões sobre a participação cívica e política de jovens, e o tom dessas discussões oscila frequentemente entre a esperança e o ceticismo. A esperança tem focado o potencial de criação de uma esfera pública alternativa eventualmente mais apelativa para a/os jovens, mesmo reconhecendo que há barreiras e exclusões geradas pelo género, pela classe social ou pela geografia (Livingstone, 2008; Ribeiro e Menezes, 2005). A Internet aumentou as possibilidades abertas à participação e agência políticas juvenis (Olsson, 2008), contribuindo eventualmente para compensar o afastamento e o ceticismo do/as jovens face à política tradicional (Banaji, 2008; Menezes, 2003). Eventos posteriores, frequentemente associados a formas de alterativismo (Juris e Pleyers, 2009), como a Primavera Árabe (Abdullatif, 2012; Howard e Hussain, 2011) ou o Movimento dos Indignados (Treré e Mattoni, 2016), viriam a reforçar a ideia de que é preciso atender ao espaço digital e ao papel que desempenha, numa ecologia de *media* em que cada vez mais *online* e *offline* estão profundamente interligados, na transformação

de insatisfação ou dissenso individual em protesto e ação coletivos. Um estudo sobre ativismo digital em Portugal (Campos e Simões, 2016) aponta também para a valorização do digital no trabalho ativista, assim como para uma visão complementar e de continuidade *online/offline*. Embora uma meta-análise suporte a existência de uma forte relação entre participação *online* e *offline* (Boulianne e Theocharis, 2020), a intensidade da relação *online/offline* tem sido disputada (Farrell, 2012) e estudos longitudinais recentes assinalam uma aparente falta de reciprocidade (Chayinska, Miranda e González, 2021), que vêm lembrar as críticas a um ativismo de clique ou de sofá (Morozov, 2011).

O ceticismo advém, essencialmente, de uma consciência dos riscos gerados pela Internet por diversas razões. Desde logo, pela eventualidade da substituição de fontes tradicionais, profissionais e em massa de produção de informação (*e.g.* os jornais, a rádio ou a televisão) por fontes mais personalizadas e dirigidas a interesses individuais – o “Eu Diário” prognosticado por Nicholas Negroponte (1995), muito antes de as *fake news* terem demonstrado o seu papel no reforço da polarização, do extremismo e do populismo (Noury e Roland, 2020). Adicionalmente, porque os espaços *online* favorecem um discurso contencioso e o crescimento de discursos antidemocráticos e racistas (Banaji, 2008). Finalmente, pelo abuso da informação pessoal partilhada nas redes sociais para efeitos de “*microtargeting*” político (mas também económico), como no escândalo da Cambridge Analytica (Heawood, 2018).

Ainda assim, tendo em conta o crescimento e o aprofundamento das lógicas da digitalização da sociedade, a cada vez maior continuidade entre os espaços *offline* e *online* e o papel que estes últimos vêm desempenhando na participação política juvenil, especialmente tendo em conta a sua preferência por formas de participação marcada pelo envolvimento ao estilo “Do-It-Ourselves” (Pickard, 2019), que fazem uso de tecnologias de comunicação e de formas de participação mais direta, expressiva e experiencial (Juris e Pleyers, 2009), considerámos importante atender à forma como coletivos políticos juvenis, focados em causas especialmente mobilizadoras atualmente e nestas formas emergentes de participação, se organizam para disseminar a sua mensagem, criar comunidade e articular a sua ação digital com a ação nas ruas.

2. Objetivos, questões e desenho da investigação, e participantes

Este estudo centrou-se na participação digital de coletivos juvenis, selecionando grupos com uma natureza mais radical e performativa, através de etnografias digitais intensivas e entrevistas aprofundadas a ativistas desses grupos. Mais especificamente, visou contribuir para a resposta às seguintes questões de investigação:

- i. Que quadro emerge quando expandimos o foco de análise para incluir novas formas de participação, como as potenciadas pelo ativismo *online*? E em que medida outras formas de participação, não convencionalmente políticas, estão a servir como canais de participação política de jovens?
- ii. Quais as razões para a não-participação? Há obstáculos relacionados com o género, a classe social, o estatuto de imigrantes, a raça, o eixo rural/urbano ou a situação face ao trabalho? E que fatores favorecem a participação?

iii. Quais são as principais preocupações do/as jovens face à participação política e como perspetivam o futuro? Quais as suas atitudes face às questões de radicalização, populismo e polarização da vida política?

O foco da etnografia *online*, que decorreu ao longo de agosto a dezembro de 2020, foi a atividade de coletivos ativistas ligados a causas concretas e mobilizadoras e/ou com ênfase em formas performativas ou expressivas de participação e nos quais a presença de jovens fosse notória. No total foram analisados de forma aprofundada quatro coletivos, de diferentes regiões do país, e foram realizadas oito entrevistas (duas por coletivo) a representantes e/ou membros ativos.

Após a exploração e análise do material, foi necessário abordar e contactar os coletivos para, por um lado, os informar do trabalho de investigação em curso e, por outro, aferir a disponibilidade de ativistas destes grupos para participar na fase subsequente do estudo. Estabeleceu-se, então, um contacto via *email* ou diretamente através das páginas de redes sociais. A este respeito, importa sublinhar dois casos particulares: a Frente Unitária Antifascista foi dissolvida no final do mês de dezembro, o que, conseqüentemente, impossibilitou esta comunicação; o movimento climático recusou envolver-se, enquanto coletivo, no estudo. Assim sendo, optou-se pelo contacto direto com ativistas que tinham sido identificados durante a observação *online* como ativos na página e que participaram a título individual.

Fizeram parte desta etapa do estudo dois ativistas de cada movimento, perfazendo um total de oito participantes (Tabela 1) – quatro do sexo feminino e quatro do sexo masculino. Todo/as intervenientes eram maiores de idade e, por conseguinte, somente foi necessário obter o seu consentimento no momento das entrevistas. As entrevistas decorreram entre os meses de fevereiro e março de 2021, através do *software* Zoom. A sua duração média foi de cerca de 1 hora (variando de 35 minutos a 1 hora e 40 minutos). Estes momentos foram alvo de uma gravação áudio e de uma transcrição. Neste processo, foram assegurados o anonimato e a confidencialidade de todos/as entrevistados/as.

Entrevistado/a	Idade	Coletivo	Atividade no coletivo	Duração
Rodrigo	22 anos	Escudo Identitário	Fundador, representante distrital e membro da comissão central	1 hora
Margarida	26 anos		Representante, porta-voz a nível nacional e responsável pelas ações de solidariedade	45 minutos
Gonçalo	31 anos	Plataforma Já Marchavas!	Fundador e ativista com bastante envolvimento	1 hora e 40 minutos
Rita	31 anos		Fundadora e ativista com bastante envolvimento	1 hora e 15 minutos
Baltasar	32 anos	Frente Unitária Antifascista	Fundador, papel de 'coordenação' e comunicação internacional e de organização de ações	40 minutos
Daniel	25 anos		Ativista que acabou por desistir antes da dissolução do coletivo	35 minutos
Camila	24 anos	Extinction Rebellion Lisboa	Ativista, mas apenas no contexto de pandemia	55 minutos
Catarina	31 anos		Ativista com bastante envolvimento desde final de 2018	1 hora e 25 minutos

Tabela 1. Composição e especificidades das entrevistas aprofundadas (nome fictício; idade; atividade no coletivo; tempo de duração)

As entrevistas tinham o duplo intuito de aprofundar e discutir alguns pontos da observação realizada anteriormente, enriquecendo a sua compreensão, e de auscultar as motivações pessoais dos/as ativistas para o seu envolvimento no coletivo. De forma a facilitar as entrevistas, foram construídos guiões (Anexo I) divididos em dois tópicos que orientaram cada uma das conversas. O primeiro tópico (igual em todas as versões) – *motivações pessoais para o envolvimento no grupo/coletivo* – previa que os/as ativistas refletissem sobre a sua experiência pessoal enquanto membros do coletivo e explorassem os motivos para a sua participação. Por exemplo, questionou-se sobre “*O que o/a levou a tornar-se ativista do coletivo?*”, “*O que considera mais positivo na sua experiência enquanto ativista deste coletivo?*” ou “*Porque mantém esse ativismo?*”.

O segundo tópico – *Ideologias/valores do grupo e os seus objetivos* – é específico para cada coletivo. De facto, aqui a discussão foi dirigida para alguns pontos que vinham de dados preliminares da observação realizada. Com efeito, como introdução de cada pergunta procurou-se apresentar algum dado da observação realizada. A título de exemplo:

- i) “*No que pudemos observar nas redes sociais, consta que o coletivo defende uma distinção entre povo/cidadãos nacionais e imigrantes. O que são os/as portugueses/as? O que os/as diferenciam?*”;
- ii) “*Desde que estivemos a observar as redes sociais da Plataforma, foi possível identificar 3 ações de rua. Quais são os objetivos destas iniciativas? Qual o impacto que é esperado?*”;
- iii) “*Além disso, observa-se também a participação direta através da esfera digital [cyberações; tweet e photo storm]. Quais as razões para esta opção do coletivo?*”;
- iv) “*A FUA afirmava que não deve existir #nenhumespacoparaosfachos. Assim, este espaço centrado nestas/es pessoas/grupos não constitui uma ambiguidade? Qual a sua opinião sobre isto?*”.

Além disso, foi questionada a perceção dos/as participantes sobre o papel deste tipo de movimentos para a mudança social e política; os efeitos esperados da presença dos coletivos nas plataformas digitais; as suas expectativas sobre o que pode acontecer futuramente e a sua opinião sobre o papel dos/as jovens para isso acontecer.

Os dados empíricos foram organizados em torno dos conteúdos semânticos do material, cumprindo o critério de máxima homogeneidade intragrupal, isto é, terem algo em comum entre si. Com efeito, foram definidos vários temas onde os discursos de todos/as entrevistados/as, independentemente de fazerem parte do mesmo coletivo, foram integrados. Relativamente às respostas sobre as particularidades dos diferentes coletivos, estas foram agrupadas consoante a convergência e as diferenças presentes, apenas, nos relatos dos/as ativistas desse movimento. Com efeito, cada coletivo foi analisado, uma vez mais, de forma singular.

3. Análise e resultados

Numa fase preliminar, foi realizado o mapeamento de 26 páginas de redes sociais *online* de coletivos juvenis (ativistas climáticos; ativistas feministas e LGBTI+; grupos radicais e conservadores; etc.), de forma a identificar vários grupos com atividade digital relevante. Depois de uma primeira análise, foi feita uma seleção dos coletivos a observar de forma intensiva, tendo como critério a heterogeneidade das causas e a sua diversidade geográfica. Assim, foram selecionados quatro coletivos: Escudo Identitário (ativistas nacionalistas); Extinction Rebellion de Lisboa (ativistas climáticos); Frente Unitária Antifascista de Braga (ativistas antifascistas); e Plataforma Já Marchavas! de Viseu (ativistas de questões de género e LGBTI+).

Após esta triagem, procedeu-se à observação contínua e exaustiva dos conteúdos textuais e visuais partilhados de forma pública nas páginas das redes sociais dos coletivos. Este processo decorreu durante aproximadamente cinco meses, entre agosto e dezembro de 2020. Considerou-se que o Facebook, o Instagram e o Twitter constituíam as redes sociais *online* mais pertinentes para um estudo abrangente, visto que cada uma destas plataformas suscita diferentes tipos de participação, dependendo da abordagem de cada coletivo. As páginas dos quatro coletivos apresentam um número diversificado de audiências, de acordo com dados recolhidos no início do processo de observação. A Frente Unitária Antifascista é o coletivo com o maior número de seguidores/as, enquanto a Plataforma Já Marchavas! reúne o menor público. Além disso, o Facebook constitui a rede social onde todos os coletivos congregam mais pessoas interessadas.

Importa assinalar que cada coletivo apresentou uma intensidade de ação diferente, consoante o mês e a plataforma utilizada (Figuras 1 a 4). O Escudo Identitário apresenta uma frequência homogénea de publicações ao longo dos meses, privilegiando o Facebook e o Instagram. A atividade *online* do Extinction Rebellion decaiu, no mês de dezembro, contrastando com os meses antecedentes, onde se verificou uma utilização acentuada. Por exemplo, nos meses de outubro e novembro nota-se o pico da atividade no Twitter e nas histórias de Instagram, em virtude das ações dinamizadas durante este período. A Frente Unitária Antifascista centra, maioritariamente, a sua atividade no Facebook com um número significativo de *posts* em todos os meses. Por último, a Plataforma Já Marchavas! utiliza de forma semelhante as três plataformas. No entanto, observa-se que, por um lado, a rede social menos privilegiada é o Twitter e, por outro, verifica-se um número bastante elevado de histórias de Instagram, com os meses de outubro e dezembro constituírem o pico desta utilização.

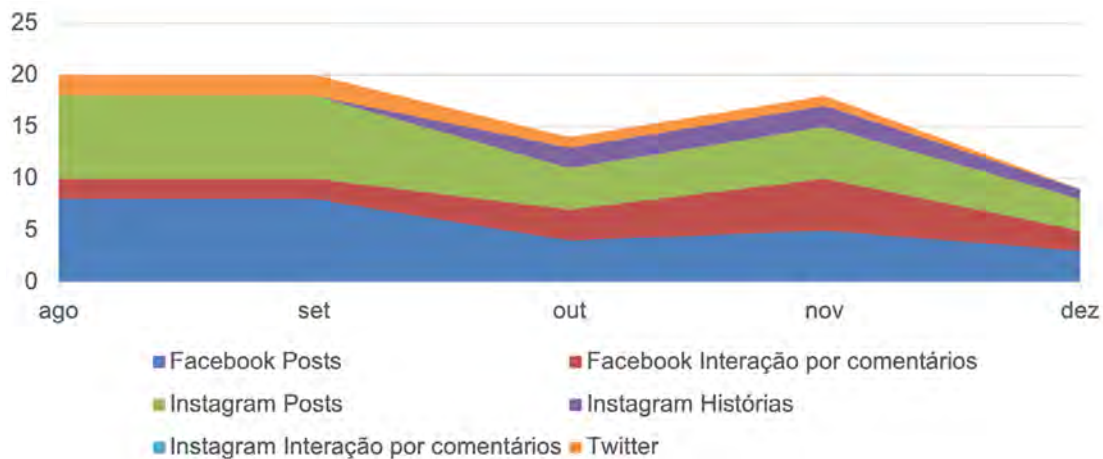


Figura 1. Atividade online do Escudo Identitário ao longo do tempo

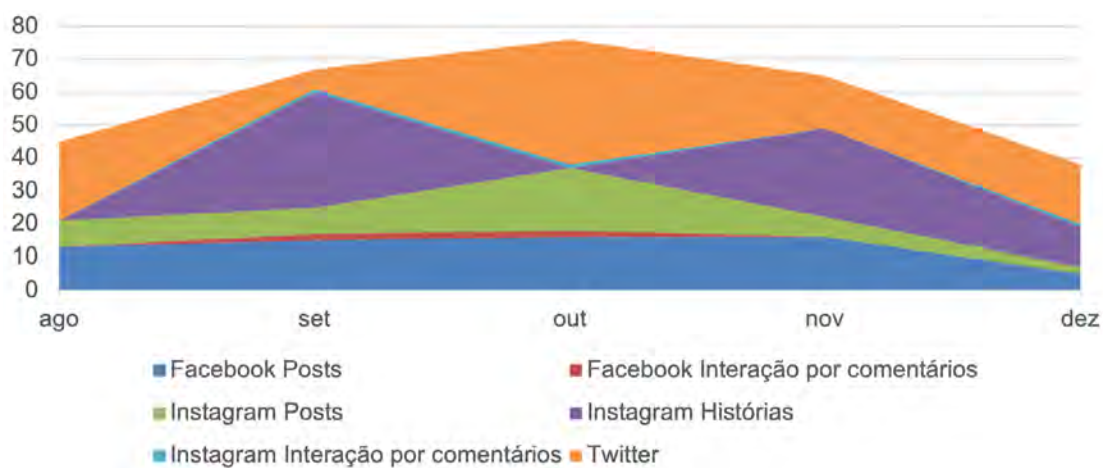


Figura 2. Atividade online do XR Lisboa ao longo do tempo

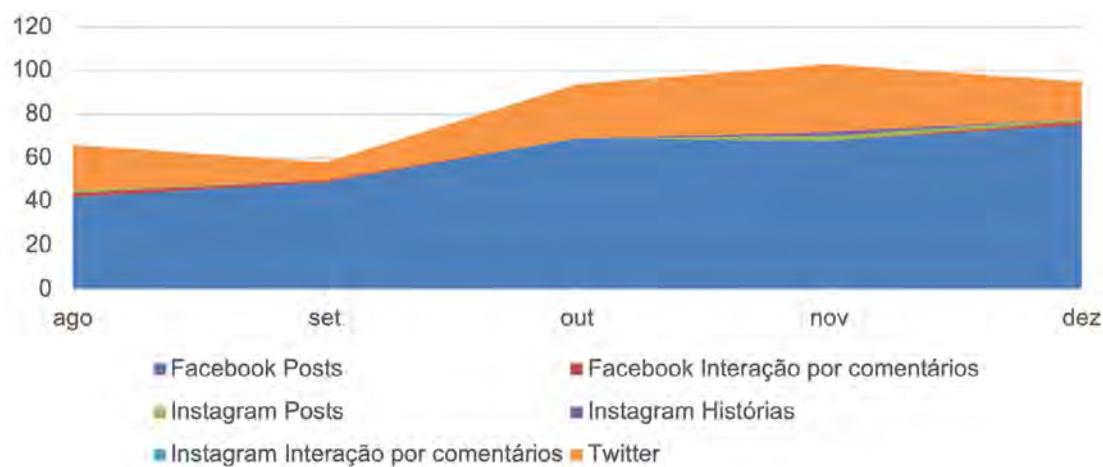


Figura 3. Atividade online do FUA Braga ao longo do tempo

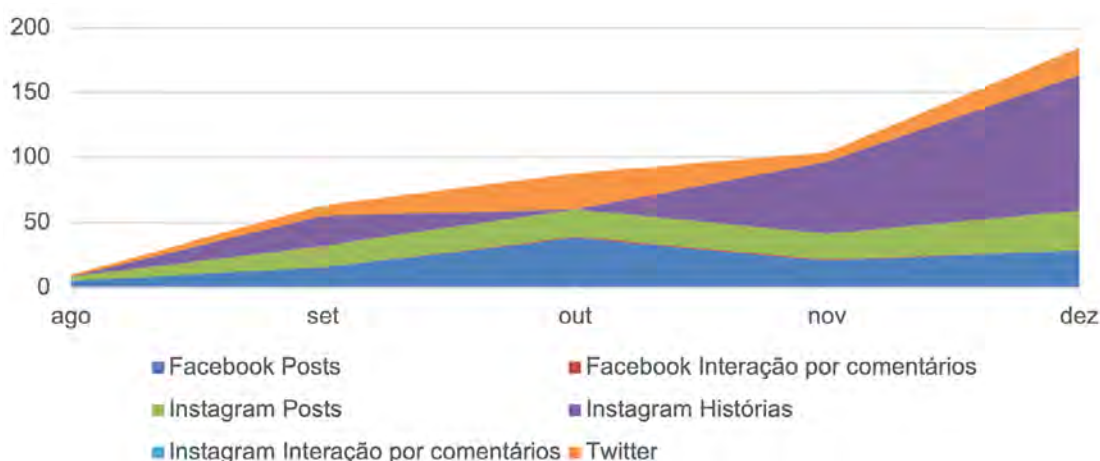


Figura 4. Atividade online da Plataforma Já Marchavas! ao longo do tempo

Em seguida, passaremos à apresentação dos resultados da etnografia, coletivo a coletivo. Depois, e em jeito de conclusão, faz-se uma síntese integrativa dos principais resultados da observação *online*. Nos dois momentos, trazem-se, complementarmente, dados das entrevistas realizadas a representantes dos coletivos observados. Destacam-se a transversalidade e/ou especificidade de temas e modos de atuação, bem como eventuais pontos de convergência e/ou de divergência dos diferentes coletivos analisados. Esta síntese contemplará as seguintes dimensões: motivações para a mobilização; estratégias discursivas adotadas; e modos de mobilização e atuação.

3.1. Escudo Identitário



O movimento identitário apresenta-se, nas suas páginas de redes sociais, como:

“constituído por patriotas, lutamos pela soberania e pela Identidade Portuguesa e Europeia.” (bio página de Instagram)

“constituído por patriotas, partidários, lutamos pelo bem-estar social, pela soberania e pela Identidade Portuguesa e Europeia. Debater ideias e não pessoas.” (descrição página de Facebook)

“movimento de ação social e metapolítica que visa consciencializar e defender a Identidade Nacional e Europeia” (bio página de Twitter)

Na prossecução destas ideologias e lutas, observa-se, ao longo das publicações e dos comentários dos/as utilizadores/as, um discurso anti-imigração em que o coletivo

e os/as seus/suas ativistas consideram que a Europa está a ser diminuída “às mãos do multiculturalismo” – “(...) o *multiculturalismo mata*” (post do dia 10 de agosto de 2020).

“Estamos cansados de escrever grandes textos, com palavras de revolta e tristeza por ver a nossa Europa a ser tomada por dentro, a ser substituída por algo que não é nosso: culturas, tradições e pessoas.” (post do dia 29 de outubro de 2020)

Quanto ao contexto nacional, o grupo manifesta, concomitantemente, o seu repúdio perante a promulgação de uma nova lei da nacionalidade pelo Presidente da República, referindo que “(...) *hoje a nacionalidade está no menu de qualquer restaurante, à espera de ser comprada por toda e qualquer pessoa que por aqui permaneça*” (post do dia 5 de novembro de 2020). De facto, o Escudo faz referência ao fenómeno de “*verdadeira substituição populacional*” (*idem*) (Figura 5), onde, nas suas palavras, há cada vez menos portugueses e mais estrangeiros extracomunitários.

“(...) Estamos cansados de nos vermos a ser substituídos por outros que não os nossos filhos e netos.” (publicação dia 29 de outubro de 2020)

“(...) Ora, sabemos que, por motivos culturais, o planeamento familiar não é algo que seja promovido em certas comunidades imigrantes (...) [o que] faz com que se preveja que nos próximos anos Portugal tenha como línguas mais faladas o brasileiro, o nepalês e o bengali, sem esquecer o crioulo. [...] Não aceitamos ser trocados sob o pretexto de baixa natalidade! Não aceitamos ser substituídos sob o pretexto de mão-de-obra barata! Por um Portugal Português, numa Europa Europeia!” (publicação dia 5 de novembro de 2020)

Ou seja, segundo o movimento, os/as portugueses/as estão a ser alvo de um assalto, onde estão a ser “desapropriados/as do que é seu”. Como referem na publicação do dia 6 de outubro de 2020, Portugal já não é dos/as nacionais: “*Prometemos aos heróis e bravos de 1143 que Portugal voltará a ser nosso outra vez*”. Seguindo esta narrativa, vários/as utilizadores/as direcionam comentários depreciativos direcionados aos grupos de pessoas imigrantes.

“(...) importas selvagens, tens selvajaria. Simples.” (comentário na publicação do dia 29 outubro de 2020)

“Estamos a ser invadidos há muito e os portugueses não acordam, continuam a aceitar esta Ditadura como se nada fosse.” e “Se nada mudar isto vai ser um país sem portugueses nativos (iguais aos da reconquista e navegações) e a nossa identidade será extinta, numa salganhada estilo Brasil.” (comentários no post do dia 5 de novembro de 2020)

*“(...) este gajo [um dirigente da luta antirracista] tem a nossa nacionalidade! Ao ponto que este país chegou.” e “(...) este monte de m*rda [um dirigente da luta antirracista] devia ser recambiado já.”* (comentários na publicação do dia 23 de novembro de 2020)



Figura 5. História de Instagram do dia 5 de novembro de 2020

Cumulativamente, o movimento assume uma postura crítica e de contestação perante as ações de governantes do país e as atitudes capitalistas de algumas empresas.

“(...) Estamos cansados das escolhas daqueles que nos governam.” (post do dia 29 de outubro de 2020)

“O inimigo usa fato e gravata e fala recorrentemente nas TV e rádios públicas. O inimigo é empresário que se recusa a pagar horas extras e contrata mão de obra escrava do Bangladesh. O inimigo é o político liberal que quer liberalizar tudo, mas depois vive num condomínio fechado.” (post do dia 24 de novembro de 2020)

“É comum grandes empresas capitalistas apresentarem-se como amigas da agenda LGBT, da ‘luta contra o racismo’ e de todas as lutas politicamente correctas que aparecem no mercado. Uma dessas empresas orgulhosas do seu ‘progressismo’ é a [nome de empresa omitido], a mesma que há uns dias mandou 80 trabalhadores para a rua. (...) Não foi a única. A [nome de empresa omitido] apresentou, em junho de 2019, 50 milhões em lucros – em junho de 2019 despediu 10% dos seus funcionários. A [nome de empresa omitido], entre 2012 e 2019, lucrou 16 mil milhões de euros. Este ano, 1500 funcionários foram para casa em lay-off. A [nome de empresa omitido], com lucros de 114 milhões, este ano já pôs 1600 funcionários em lay off. Quando é altura de o capitalismo nos revelar a sua hedionda face, quem sofre são os trabalhadores e as suas famílias.” (post do dia 15 de novembro de 2020)

Com efeito, através dos discursos do coletivo, percebe-se que o Escudo defende que Portugal está “em calamidade” (Figura 6) – utiliza recorrentemente o *hashtag* #portugalemcalamidade –, alegando que o regime não se preocupa com os/as portugueses/as e prioriza questões menos importantes.

“(...) Podemos comparar bem o Estado Português atual com a área de floresta ardida no nosso país (...). A nossa natureza, os nossos campos e florestas são o reflexo de um estado oportunista, contaminado, poluído e deserto de nova vida.” (publicação do dia 12 de agosto de 2020)

“(...) os Escudistas fizeram questão de lembrar aos portugueses qual é a verdadeira calamidade: a gerigonça. Os Portugueses têm direito a conhecer a verdade e a serem defendidos por quem os governa. O governo tem de cumprir os seus deveres e as suas funções, os senhores que o encabeçam têm de começar a preocupar-se com aqueles que deviam proteger, defender e governar, e não com os negócios e capitais que querem atrair. A nossa verdadeira Calamidade é esta Gerigonça” (post do dia 17 de outubro de 2020)

“20 mil milhões de euros em apoios da UE entre 2020 e 2027, fundos para alimentar os boys (...) Uns trocos para o cidadão comum sob a forma de microcortes nos impostos, mais uns negócios da China para os grandes magnatas da construção civil e agora a negociata do Hidrogénio (...) Perante este governo que implementa normas e medidas [contra a pandemia] que parecem ter sido retiradas de um romance distópico, o Escudo Identitário decidiu agir.” (publicação do dia 18 de outubro de 2020)



Figura 6. Publicação do dia 17 de outubro de 2020

Esta posição é partilhada pelos/as utilizadores/as das páginas do coletivo que expressam, analogamente, o seu desagrado com as figuras da política institucional.

“(...) os governos já não têm tomates para fazer cumprir a lei e castigá-los [em referência a migrantes].” (comentário no post do dia 10 de agosto de 2020)

*“(...) não haver dinheiro para profissionais de saúde e bombeiros, mas para esta m*rda já há, p*ta de pachorra para este governo, nojento mesmo” e “um bando de*

delinquentes e promotores de degenerescência. Além de vendilhões e coveiros de Portugal, claro está.” (comentários numa publicação do dia 16 de agosto de 2020)

“Porra isto parece conversa do Bloco de Esterco cruzada com sei lá o quê! [...] Com a demonização da produção, ecofundamentalismo, animalismo, LGBTretas, Gretas, Antifas, Antirracismo, ao invés de o país ter aproveitado a boa onda da economia global, pôs-se a discutir tretas.” (comentário no post do dia 15 de novembro de 2020)

O movimento identitário, sustentado nestas narrativas anti-imigração, antigoverno e anticapitalista, sublinha a necessidade e a urgência de defender um futuro que, nas suas palavras, se prevê terrível. De facto, verifica-se o uso permanente do *hashtag* #DefendeOFuturo.

“(...) um amanhã que se aproxima, assustadora e rapidamente, para Portugal.” (publicação do dia 10 de agosto de 2020)

“O cenário após um incêndio é negro e, tal como o nosso futuro, o mesmo aproxima-se, dia após dia, cada vez mais escuro e no qual apenas irão restar cinzas, do pouco ou nada que ainda havia de pé.” (publicação do dia 12 de agosto de 2020)

“(...) o Escudo continua a caminhar livre e certo rumo a uma nova era, revelando um sinal de que um bom vento, mais tarde ou mais cedo, porá fim à negra tempestade que assola a nossa Pátria e a nossa Europa.” (publicação do dia 13 de setembro de 2020)

Como tal, o movimento assume que é *“(...) um grito de guerra contra o mundo moderno”* (post 13 de setembro de 2020) e que *“(...) estará sempre na primeira linha do combate contra o regime vigente”* (publicação do dia 17 de setembro de 2020). No que respeita às suas lutas, o coletivo faz também questão de assinalar que a sua oposição não é contra os grupos com ideologias opostas às suas, que desvalorizam.

“Queremos deixar aqui bem claro que o Escudo não nutre ódio político pelo Núcleo Antifascista de Braga porque, pura e simplesmente, os Antifas não existem. São os servos da gleba do globalismo que quer destruir os povos. Nem sequer são tropas de choque, são meros cavadores de trincheiras. O Escudo Identitário é o único movimento radical português que percebeu isto. O inimigo não é um gordinho da Suíça em Braga, a usar sempre o mesmo casaco suado e remendado, a passar as suíças e o sebo enquanto pincha igrejas e ruas (...). Por isso, se querem ajudar o Escudo, deixem os gordinhos das suíças na miséria dos dias deles.” (publicação do dia 24 de novembro de 2020)

Não obstante, é possível identificar alguns ataques de utilizadores/as a estes movimentos.

“(...) coitadinho do gordinho de Braga, e acima de tudo, coitadinho de ti” e “Isso de antifas não são uma espécie de anarquistas, meninos de papá que nada fazem, apenas consumir álcool e drogas e que não estão habituados a ouvir um não!?!...” (comentários post dia 23 de outubro de 2020)

Noutro plano, o Escudo Identitário sublinha a importância de honrar os antepassados de Portugal, de forma a que “(...) *nunca nos esqueçamos de quem somos e de onde viemos*” (post de 6 de outubro de 2020). Assim, o coletivo assume um discurso nacionalista celebratório da História, fazendo questão de documentar as suas ações de homenagem a personalidades nacionais (Figuras 7 e 8).

“Uma nação grandiosa é uma nação que respeita os serviços dos seus heróis. [...] um povo sem passado não tem futuro [...] Urge definir valores como a Honra e o Orgulho na nossa História e nos nossos heróis como intocável contra aqueles que a querem reescrever à luz de ideologias subversivas. (...) Defendemos e honramos os nossos heróis, aqueles que tombaram perante o sacrifício final em nome de Portugal.” (post do dia 27 de setembro de 2020)

“(...) O Escudo Identitário lembra, hoje, os nossos antepassados que, combatendo sob a sombra da nossa bandeira nacional e cumprindo o seu dever perante as tristes decisões políticas de então, honraram Portugal com a sua bravura e heroísmo, consagrando à Pátria todo o amor e sacrifício que lhe puderam oferecer (...) lutarmos agora, no nosso tempo, por uma Europa unida, respeitando a liberdade soberana de todas as Pátrias e unindo-as, como Mãe de todos os povos europeus, rumo a uma gesta que nos levará a uma nova era ao nível dos tempos gloriosos do nosso passado mais luminoso.” (publicação do dia 11 de novembro de 2020)



Figura 7. Publicação do dia 6 de outubro de 2020, a documentar ação de homenagem a D. Afonso Henriques e a “todos os homens que ousaram ser portugueses”



Figura 8. Publicação do dia 1 de dezembro de 2020, a documentar ação de homenagem aos “famosos de 40 que lutaram com ardor”

Em síntese, observa-se que o Escudo Identitário tem como principal motivação a defesa da soberania e da identidade portuguesas e europeias. Neste sentido, optam por um discurso anti-imigração que assinala as diferenças entre os/as portugueses/as e os/as estrangeiros/as. Rodrigo, um ativista do coletivo, explora esta distinção:

“(...) conseguimos dizer quem não é português, pois são as pessoas que não têm ligação nem ao sangue, nem ao solo de Portugal.”

Deste modo, o movimento sublinha a importância de não se olhar para Portugal como “*um centro de acolhimento*”, mas como uma “*nação*” (Rodrigo, Escudo Identitário). Caso contrário, a Identidade portuguesa – isto é, “*a sua cultura, a sua identidade, as suas tradições*” (Margarida, Escudo Identitário) – corre o risco de se diluir no multiculturalismo global. O Escudo Identitário considera, aliás, que Portugal já não é uma comunidade constituída em torno dos seus costumes, das suas tradições e da sua identidade.

“Hoje em dia, ser-se português, para a maioria das pessoas, é um mero vínculo jurídico, é uma comunidade instituída. Não é mais um laço ligado ao sangue, ligado ao solo. É apenas um mero cartão de cidadão.” (Rodrigo, Escudo Identitário)

Além disso, trata-se de um movimento com narrativas de contestação perante as ações das instituições do governo nacional – “*muitos nos consideram contra o sistema e é uma realidade*” (Margarida, Escudo Identitário). Os discursos dos ativistas entrevistados reforçam o descontentamento do coletivo com as prioridades da classe política.

“Uma questão que é bastante enaltecida é o facto de o próprio sistema político não corresponder e não salvaguardar os interesses dos portugueses, mas apenas os

interesses económicos de uma elite, de uma pequena elite.” (Margarida, Escudo Identitário)

“Achamos que a política engravatada, de carreira, não serve mais os interesses nacionais (...). A forma leviana como a política é tratada, hoje em dia, é feita como quem faz negócios. O Escudo revolta-se contra isso.” (Rodrigo, Escudo Identitário)

Por fim, constata-se a presença de discursos nacionalistas de exaltação e celebração do passado de Portugal. Rodrigo dá conta desta importância:

“Nós somos portugueses porque os nossos antepassados, os nossos egrégios avós fizeram algo para sermos aquilo que somos hoje. E podemos dizer que o passado é obviamente importante para nós (...). Para espelhar aquilo que foram os nossos feitos, onde estavam as nossas origens, como chegamos e onde chegamos.”

O Escudo Identitário olha com desconfiança para o futuro, dado que, *“pela forma como as coisas estão a ir, Portugal já não será sequer português”* (Rodrigo, Escudo Identitário). Neste sentido, o coletivo olha para o passado *“para retirar os melhores exemplos para aquilo que podemos vir a ser no futuro”* (idem). Ou seja, sustenta a sua visão de construção do futuro no engrandecimento reiterado da história nacional.

3.2. Plataforma Já Marchavas! (Viseu)



A Plataforma Já Marchavas! apresenta-se, nas suas páginas de redes sociais, como:

“Uma Plataforma Feminista, LGBTI+, Ecologista, Antifascista, Antirracista, Democrática, Inclusiva, Participativa.” (bio página Instagram e Twitter)

“(...) movimento de cidadãs/ãos e de coletivos unidos na defesa de direitos humanos e animais e de causas ambientais. Este é um espaço aberto de construção e de intervenção social em espaços públicos e de acesso público. Uma Plataforma Feminista, LGBTI+, Ecologista, Antifascista, Antirracista, Democrática, Inclusiva, Participativa.” (descrição da página de Facebook)

Com efeito, ao longo da atividade *online* do coletivo, é possível observar a diversidade das causas enunciadas. Primeiramente, as iniciativas dinamizadas pelo grupo *“(...) apelam a causas universais, de lutas internacionais e interseccionais (...)”* (publicação do dia 21 de dezembro de 2020). Assinala-se, neste ponto, a realização da 3.^a Marcha de Viseu pelos direitos LGBTI+, a ação no âmbito do dia Internacional para a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres e a iniciativa do Dia Internacional dos Direitos Humanos.

“Vivemos tempos perigosos que têm levado ao perigo de discursos, por exemplo, homofóbicos, machistas, racistas e xenófobos; ao ataque das manifestações LGBTI+ por uma supremacia heterossexual, fanática, racista, xenófoba e misógina; à perseguição e guetização das pessoas LGBTI+ em massa.” (manifesto da 3.ª Marcha de Viseu pelos direitos LGBTI+ partilhado no post do dia 3 de outubro de 2020)

“(…) Marcaremos presença pelas que não podem estar e damos voz às que foram silenciadas! Marcaremos presença pelas vítimas de violência doméstica, social, simbólica, instrumental e institucional! Marcaremos presença para denunciar uma sociedade machista, sexista, racista, homofóbica, transfóbica e patriarcal! Marcaremos presença para, mais uma vez, alertar a sociedade para este fenómeno!” (publicação do dia 25 de novembro de 2020)

Deste modo, o discurso da Plataforma aponta uma preocupação com questões climáticas, LGBTI+, raciais, de género, entre as quais a da violência contra as mulheres.

“A violência contra as mulheres mata! A crise climática mata! O racismo existe e mata! A LGBTI+ fobia mata! Violações dos direitos humanos matam!” (mensagens presentes nos conteúdos visuais publicados no dia 9 de dezembro de 2020)

“(…) Sim, em 2020 ainda é preciso marchar contra o racismo, contra a xenofobia, contra o fascismo, contra a violência sobre as mulheres, contra a LGBTI+fobia.” (post do dia 17 de dezembro de 2020)

Ao longo do tempo, observam-se, cumulativamente, algumas reivindicações do grupo sobre estes problemas.

“(…) continuamos a marchar pelo direito à identidade, pela liberdade no amor, pela autodeterminação de género e contra todo o tipo de fobias, preconceitos e crimes de ódio a pessoas LGBTI+ (...). Não podemos esquecer, por exemplo, que a homossexualidade continua a ser condenável com pena de prisão ou mesmo de morte em mais de 70 países (...). Faz-se apelo à interseccionalidade nos discursos e forças políticas pelo zelo das relações sociais, da promoção da participação cívica na arena dos direitos sexuais, de um ativismo que promova os direitos sociais (...).” (publicação do dia 19 de setembro de 2020)

“(…) É imperativo que se combatam de forma veemente todas as opressões de género, de orientação sexual, de identidade, de nacionalidade, de etnia e outras. No dia 25 de Novembro encontrar-nos-emos no Rossio com o propósito de repudiar todas as formas de violência contra as mulheres, recordando de uma maneira especial as mulheres LBTI+, as mulheres negras, as mulheres ciganas, as mulheres indígenas, as mulheres migrantes e todas as que sofrem, as que estão sós, as que são manietadas e as que já não estão entre nós!” (manifesto da ação do dia 25 de novembro partilhado no post do dia 18 de novembro de 2020)

Esta posição interseccional e a tentativa de conjugação e articulação de diversas causas são, ainda, visíveis no constante recurso a distintos *hashtags* como: #lgbti #feminismo #antiracismo #direitoshumanos.

Na forma como é feita a documentação das ações da Plataforma, constata-se dois cuidados. Por um lado, observa-se a preocupação de valorizar a presença e os rostos dos/as ativistas, através dos registos fotográficos publicados (Figura 9). Na transmissão em direto realizada no Instagram da Marcha pelos direitos LGBTI+, nota-se, especificamente, a atenção em dar espaço para as vozes dos/as participantes, transmitindo os seus discursos, preocupações e posições (Figura 10).



Figura 9. Os rostos da resistência nas diferentes ações

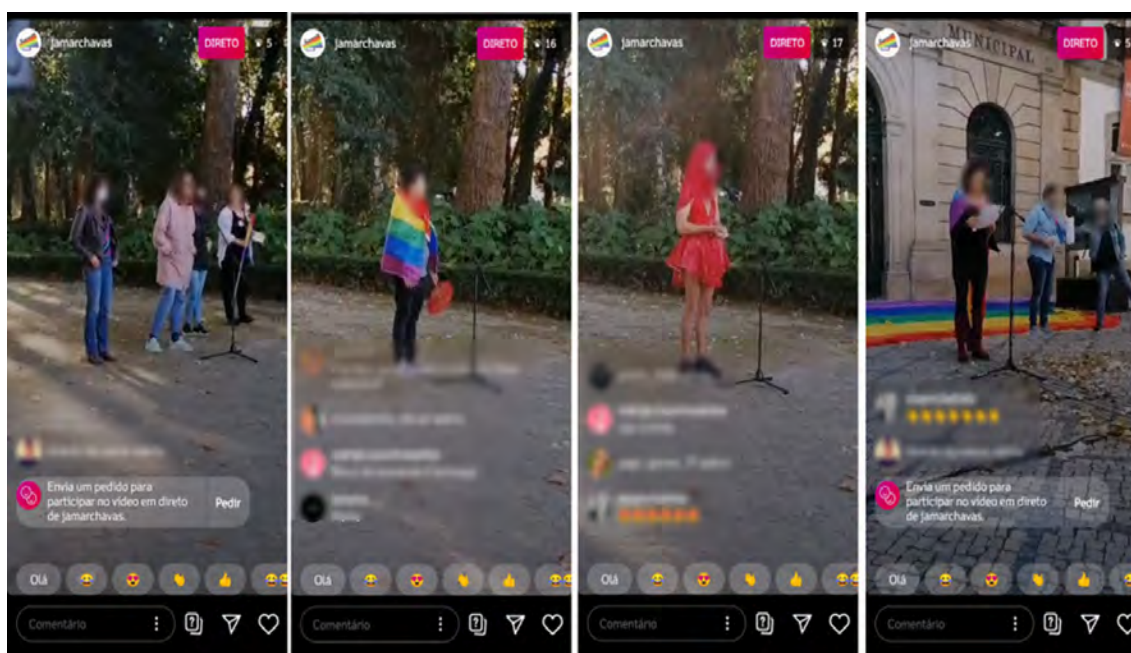


Figura 10. Transmissão ao vivo dos discursos dos/as ativistas na Marcha LGBTI+

Por outro lado, identifica-se o cuidado de, no espaço público, existir uma preponderância de conteúdos visuais, artísticos e/ou performativos em cada uma das iniciativas realizadas. Por exemplo, observa-se a presença de artefactos informativos na marcha LGBTI+ (Figura 11), a construção do memorial na ação do dia 25 de novembro (Figura 12) e a composição artística para assinalar o Dia Internacional dos Direitos Humanos (Figura 13).



Figura 11. Presença da componente visual-informativa no espaço público na iniciativa de 11 de outubro

“(...) uma peça de roupa preta por cada mulher vítima de femicídio em Portugal no ano de 2020. Um estendal, uma peça de roupa, uma etiqueta..., etiqueta essa que, ao invés de nos dizer a que temperatura pode ser lavada, centrifugada e seca a roupa, nos diz o nome da mulher assassinada, a sua idade e a sua relação com o agressor. (...)” (publicação do dia 26 de novembro)

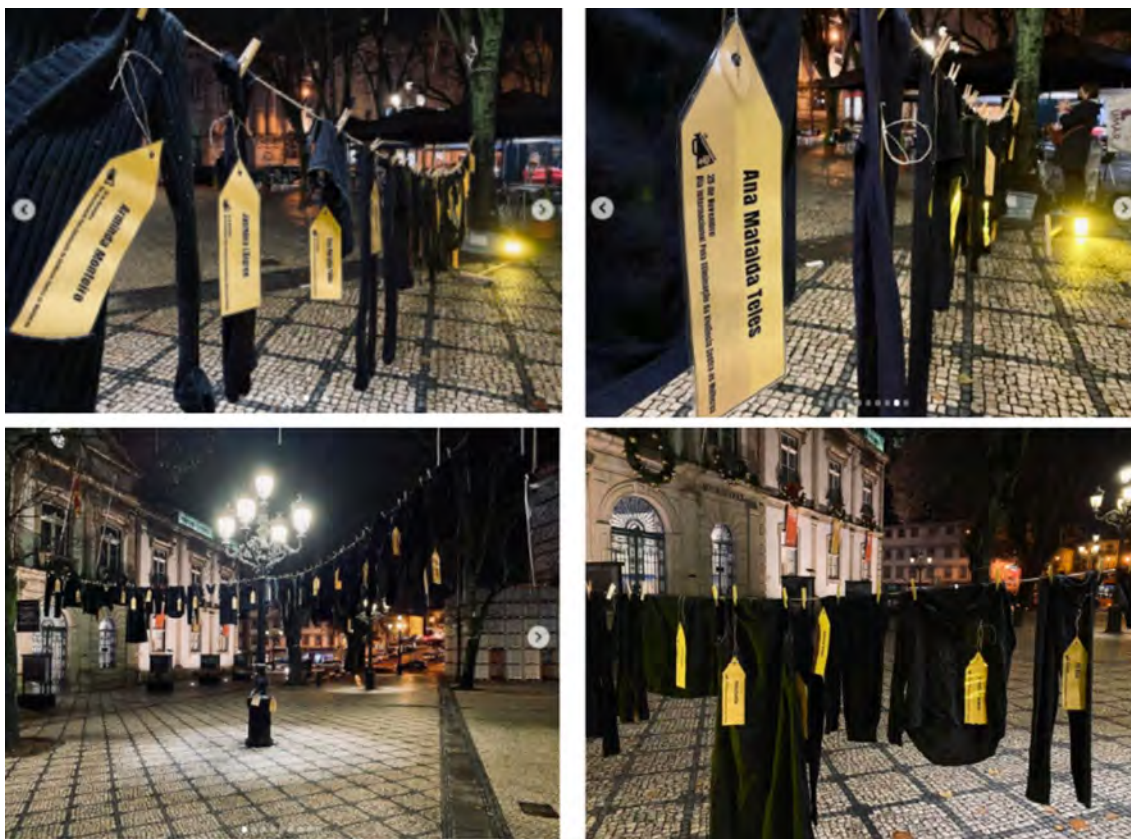


Figura 12. Memorial de vítimas de femicídio em Portugal



Figura 13. Estrutura artística da ação do dia 10 de dezembro

Pode ainda observar-se uma postura crítica e de indignação do coletivo perante a remoção destas instalações artísticas por parte da autarquia. De facto, a Câmara Municipal de Viseu terá removido os artefactos das ações antes do prazo estabelecido. Assim, a Plataforma considera, por um lado, que, enquanto organização, está a ser alvo de desrespeito por parte da Câmara; por outro, defende que as figuras do poder local desvalorizam questões vitais de Direitos Humanos e, por conseguinte, representam uma opressão.

“(...) ou se trata de uma falta de respeito pelas causas de Direitos Humanos, nomeadamente das mulheres assassinadas homenageadas, assim como pela cidadania e pelos movimentos públicos que a expressam, como é o caso deste movimento (...), ou se trata de incompetência e incúria deliberada, no caso de o executivo viseense não ter informado os funcionários que efetuaram a remoção do memorial do que se tratava” (post do dia 27 de novembro de 2020)

“A Câmara Municipal de Viseu silenciou e vitimizou duplamente aquelas 30 mulheres a quem já tudo tinha sido retirado, inclusive a vida, ao remover essa instalação em menos de 24 horas do Rossio (...). No dia 10 de dezembro, a Câmara Municipal de Viseu voltou a remover a instalação que assinalava o Dia dos Direitos Humanos, desrespeitando os direitos humanos e desvalorizando os movimentos sociais.” (publicação dia 21 de dezembro de 2020)

A relação crispada do coletivo com o poder autárquico é igualmente visível nos conteúdos visuais publicados – intitulados “Série Direito à cidade” –, onde a Plataforma Já Marchavas! publica frases curtas sobre o direito dos/as cidadãos/ãs à cidade e à agência política nos espaços públicos e questiona a postura da autarquia viseense. A Figura 14 apresenta alguns exemplos.



Figura 14. Alguns exemplos de conteúdos visuais publicados

Alguns/algumas utilizadores/as mostram, analogamente, o seu descontentamento relativamente à Câmara Municipal de Viseu.

“Esta câmara de...”, “Inconcebível (...), “Falta de respeito mesmo! E empatia zero!”, “Lamentável!” e “O poder local no seu melhor...” (comentários presentes na publicação do dia 26 de novembro de 2020)

Não obstante, o movimento assume vontade de estabelecer um diálogo – “(...) o movimento *continuará recetivo ao diálogo com a Câmara Municipal de Viseu (...)*” (publicação do dia 27 de novembro) – e uma parceria com a autarquia “(...) *na construção de uma comunidade sensibilizada para as questões sociais, humanas e ambientais e não como um movimento perturbador da ordem pública*” (post do dia 14 de dezembro de 2020).

A Plataforma sublinha, de facto, o seu vínculo com a região onde está sediado. Com efeito, ao longo dos diversos *posts*, observa-se a utilização contínua do *hashtag* #viseu. Além disso, nota-se a inquietação do movimento perante a presença de ideais que são entendidos como conservadores na cidade, problematizando a consideração de Viseu ser considerada a “*melhor cidade para se ser feliz ou para viver*”.

“(...) há 15 anos, ocorreu a primeira manifestação fora de Lisboa de reivindicação de direitos LGBTI+, designada STOP Homofobia. A concentração mobilizou pessoas de todo o país em resposta aos ataques violentos, perseguições e humilhações que a comunidade homossexual de Viseu então sofria, reflexo de uma Sociedade de traços conservadores, ainda hoje presentes (...)” (publicação do dia 21 de setembro de 2020)

“(...) Nesta reportagem dos arquivos da RTP, é possível ver que até a própria equipa da RTP é ameaçada por habitantes de Viseu que foram ver a manifestação, mas não queriam dar a cara. Em 2018, os insultos e a intimidação vieram em forma de cartazes que diziam “Viseu, a melhor cidade para se viver... sem vocês”. Em 2020, é nos comentários das redes sociais que a violência se propaga.” (post do dia 10 de outubro de 2020)

“(...) Apesar de todas estas ações da Plataforma ao longo do ano, que apelam a causas universais, de lutas internacionais e interseccionais, os Direitos Humanos continuam

a ser ignorados e desrespeitados, e a cidade de Viseu não é uma excepção.” (post do dia 17 de dezembro de 2020)

Por último, através da partilha das reuniões abertas para a organização e tomada de decisão sobre as ações dinamizadas (Figura 15) e de alguns conteúdos textuais publicados, compreende-se que o discurso da Plataforma parece revelar que se trata de um movimento horizontal e aberto à presença de diferentes ativistas e coletivos.

“Todas as reuniões, oficinas de trabalho e eventos são abertos a todas e a todos que nelas queiram participar, independentemente da sua ideologia ou filiação político-partidária, da sua idade, do seu credo, da sua orientação sexual, identidade ou expressão de género e características sexuais, da sua classe social, habilitações ou da sua profissão ou, mesmo, da existência de diversidade funcional. Todas as pessoas contam (...)!” (publicação do dia 14 de dezembro de 2020)



Figura 15. Divulgação de reuniões abertas do coletivo

Em suma, a Plataforma Já Marchavas! assume-se como um movimento multitemático, *“LGBTI+, feminista, ecologista, antirracista, antifascista e inclusivo e participativo”* (Gonçalo, Plataforma Já Marchavas!). Neste sentido, o coletivo configura os seus discursos e organiza os seus modos de atuação em torno da defesa de diversas causas dos Direitos Humanos. Rita, uma ativista da Plataforma, aborda detalhadamente o carácter interseccional das ações do coletivo:

“A marcha, este ano, e como sempre, teve como objetivo dar voz à causa LGBTI+ em Viseu. Este ano acresceu (...) o objetivo de mostrar que, apesar da pandemia, não tínhamos que nos sujeitar a um confinamento da cidadania (...), tínhamos voz e que continuávamos a sair à rua a querer lutar por estes direitos. (...) Depois, normalmente no 25 de novembro, é costume fazermos uma qualquer iniciativa simbólica que preste homenagem a todas as mulheres vítimas de femicídio em Portugal (...). No dia 10 de dezembro, optámos por destacar duas questões dos Direitos Humanos: o direito de estar na rua, a viver uma cidadania plena, e, novamente, a questão dos direitos das mulheres.”

Além disso, observa-se a abertura do movimento para a participação de diferentes pessoas ou grupos – *“dizemos sempre que é pública [a reunião] e que toda a*

gente pode participar” (Gonçalo, Plataforma Já Marchavas!) – e o modo aberto e horizontal como são geridos os processos de tomada de decisão. As entrevistas reforçam isto mesmo, com os ativistas a sublinhar que *“a Plataforma funciona de forma horizontal, todas as pessoas vão fazendo um pouco de tudo, desde que se interessem”* (Rita, Plataforma Já Marchavas!) e que se trata de um coletivo *“muito solto, aberto e livre (...) onde cada um dá o seu contributo no momento que pode e que acha que deve fazer parte”* (Gonçalo, Plataforma Já Marchavas!). O movimento privilegia, cumulativamente, uma forma de atuação *“mais criativa e até artística”* (Rita, Plataforma Já Marchavas!), com a preponderância de conteúdos visuais *online* e instalações artístico-políticas nas ruas para fomentar *“o debate, a divulgação, a promoção e a consciencialização das injustiças sociais”* (Gonçalo, Plataforma Já Marchavas!). Neste plano, são claras as narrativas de denúncia e contestação sobre a postura de “boicote” do governo municipal às ações do coletivo. Com efeito, consideram que *“nunca houve uma boa relação entre a Câmara e os movimentos sociais nesta cidade, nunca houve uma compreensão e abertura para tal”* (Gonçalo, Plataforma Já Marchavas!) e, por conseguinte, reivindicam o direito ao espaço público, sublinhando o *“quão é complicado haver um município que acha que o espaço público não é público, é privado”* (Gonçalo, Plataforma Já Marchavas!).

3.3. Extinction Rebellion (Lisboa)



O Extinction Rebellion de Lisboa apresenta-se, nas suas páginas de redes sociais, como:

“movimento internacional não-violento de desobediência civil pela VIDA.” (bio página de Instagram)

“ISTO É UMA EMERGÊNCIA! Rebelião não-violenta contra os governos do mundo pela justiça climática e ecológica.” (descrição na página de Facebook)

“ISTO É UMA EMERGÊNCIA! Movimento de ação direta de desobediência civil não-violenta pela vida e pela biodiversidade” (bio página de Twitter)

Ao mesmo tempo, observa-se que o discurso do coletivo sublinha a necessidade e a urgência da ação das pessoas e dos governos para combater a ameaça climática que vem assolar o Planeta. Efetivamente, o *hashtag #actnow* é reiteradamente utilizado.

“(...) governos têm de agir imediatamente.” (post do dia 5 de outubro de 2020)

“(...) se continuarmos nesta inação criminosa, não haverá um planeta habitável para a civilização humana (...) o tempo está a esgotar rapidamente e o nosso trabalho é urgente.” (post do dia 18 de outubro de 2020)

Com efeito, o Extinction Rebellion adota um discurso de indignação e de culpabilização perante as ações das figuras do poder institucional e das grandes empresas na resposta à crise climática do Planeta.

“(...) continua a não se verificar uma resposta suficientemente ambiciosa face à ameaça iminente da crise climática por parte dos líderes mundiais.” (post do dia 25 de setembro de 2020)

“(...) Como diz a #Greta, eis a hipocrisia e o #greenwashing a que somos continuamente expostos pelos líderes políticos e governos, neste caso da UE (...). Perdemos toda a confiança em quem há mais de 30 anos nos empurra para o caos ecológico e social (...). Já que quem foi eleito para o efeito tem servido os interesses das classes dominantes e das corporações. As nossas vidas são encaradas como danos colaterais de um colapso anunciado. Num sistema que ameaça a nossa sobrevivência coletiva, cujos pilares são governos que atraíam as populações que deveriam proteger (...).” (post do dia 11 de novembro de 2020)

“(...) O que fazer quando os políticos e líderes mundiais continuam há mais de 6 décadas a ignorar e, todos os dias, escolhem degradar os nossos habitats e seguir no rumo à extinção? O que fazemos quando vivemos num sistema que nos explora e oprime todos os dias, que vive à base de crises cíclicas em que as mesmas só se multiplicam e que nos diz que exigir água, ar, comida, habitação, energia limpa e um futuro habitável e digno para as futuras gerações é uma utopia?” (post do dia 22 de novembro de 2020)

“Sabemos que as responsáveis pela crise climática são as grandes empresas (...).” (post do dia 27 de novembro de 2020)

“Estamos todos fartos da pandemia e da resposta dos governos frente à mesma, estamos fartos que continuem a fazer políticas a fazer políticas de recuperação que priorizam as mesmas indústrias que foram responsáveis pelo desastre ambiental” (publicação do dia 21 de novembro de 2020)

Ademais, é possível notar a adoção de um discurso de raiz anticapitalista no qual a responsabilização do “(...) sistema capitalista que nos condena à extinção e oprime todos os dias” (post do dia 20 de novembro de 2020) se articula com a possibilidade de construção de um mundo mais justo.

“(...) O ecocídio, o racismo, o genocídio, o patriarcado, o colonialismo, a pobreza, os incêndios, as inundações, as tempestades, a desigualdade, a opressão são tudo consequências do capitalismo. É contra este sistema que lutamos, ele vive destas crises que se multiplicam e que nos irão levar à extinção. Hoje e todos os dias do ano, estamos prontos (...) a lutar contra o vírus da maximização do lucro.” (publicação do dia 6 de outubro de 2020)

“(...) Nós queremos ver um mundo mais justo, em que não há produção massiva de objetos sem nenhum propósito. Esta produção obriga a um grande uso de recursos,

provoca emissão de gases poluentes e põe em risco as pessoas que trabalham nestas indústrias.” (post do dia 27 de novembro de 2020)

Noutro plano, o movimento considera que os problemas climáticos estão a ser encobertos e, conseqüentemente, exigem que a verdade seja apresentada às pessoas – #tellthetruth –, “*Digam a verdade, declarando o estado de emergência climática e ecológica e comunicando a necessidade de mudança à população*” (post do dia 28 de setembro de 2020).

“(...) Os grandes media e o governo continuam a não encarar a crise climática como uma crise e a tentar meter o assunto debaixo do tapete. Está na hora de dizerem a verdade sobre o colapso climático e o quão grave é a situação atual. Continuar neste sistema predatório e priorizar o #BusinessAsUsual levará a nossa e todas as outras à extinção.” (publicação dia 13 de setembro de 2020)

O coletivo defende que a causa climática é uma causa de todos/as – verificando-se a utilização assídua do hashtag #beyondpolitics – e, por conseguinte, sugere que as pessoas ‘comuns’ podem constituir uma solução que contraste com a incapacidade dos líderes governamentais.

“(...) queremos demonstrar que as pessoas podem tomar boas decisões e propor soluções viáveis para os problemas atuais que a humanidade enfrenta e é possível mobilizar-se nesse sentido, em contraste com a atual incapacidade dos líderes dos países para lidar com a presente crise.” (publicação dia 19 de novembro de 2020)

O movimento pretende, nesta medida, que o “(...) ‘political decision making’ volte aos cidadãos locais, com o reforço da democracia participativa” (post do dia 18 de novembro de 2020). Neste ponto, é sublinhado pelo Extinction Rebellion o dever de existir uma mudança no sistema e não uma mudança climática (#systemchangenotclimatechange). Por conseguinte, nota-se que uma das recomendações do coletivo consiste na realização de assembleias cidadãs, onde os/as cidadãos/ãs possam ser ouvidos/as e chamados/as a tomarem decisões sobre a crise climática.

“(...) para um futuro justo e verde, o governo tem de ser liderado por assembleias cidadãs nas decisões sobre a crise climática.” (post do dia 6 de outubro de 2020)

“(...) é tempo de nos organizarmos em assembleias cidadãs que deverão tomar o rumo do processo deliberativo.” (post dia 11 de novembro de 2020)

Cumulativamente, este movimento climático defende que uma das formas de alertar e combater os problemas supramencionados corresponde ao estímulo de ações de desobediência civil e/ou de disrupção – #rebelforlife.

“(...) só com disrupção e ações de desobediência civil vamos conseguir que as pessoas no poder enfrentem a crise climática com a urgência necessária. Continuaremos até que cumpram as nossas reivindicações.” (post do dia 28 de setembro de 2020)

“(...) enquanto as nossas demandas não forem cumpridas continuaremos a causar disrupção.” (post do dia 5 de outubro de 2020)

Observa-se, efetivamente, o discurso sobre o dever deste tipo de atuação: *“Ser rebelde não é apenas um direito ou uma opção, é um dever. Rebelião ou Extinção?”* (post do dia 11 de novembro de 2020). Com efeito, ao longo do período observado, foi possível identificar algumas iniciativas de desobediência civil não-violentas com um pendor visual, artístico e performativo. Concretamente, observa-se uma ação, pontuada com a presença de maracas, onde os/as ativistas pintaram uma das suas mãos de verde e a outra de vermelho (simbolizando o ecocídio e o genocídio, respetivamente) e instalaram um memorial de homenagem às vítimas indígenas da Covid-19 (Figura 16); uma iniciativa de pintar e afixar cartazes com o objetivo de encher *“(...) as ruas com as nossas cores e os nossos princípios”* (post de 13 de setembro de 2020) (Figura 17); e uma ação de bloqueio de uma praça pública (Figura 18).

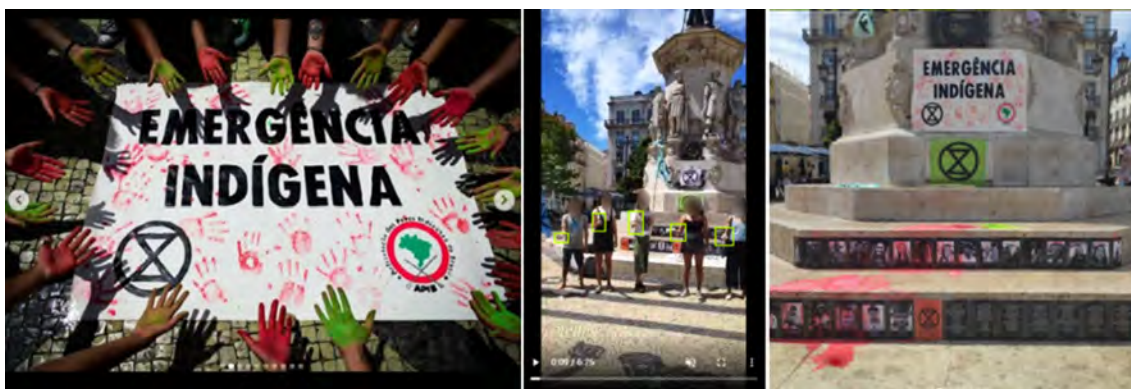


Figura 16. Ilustração do teor artístico e performativo desta ação

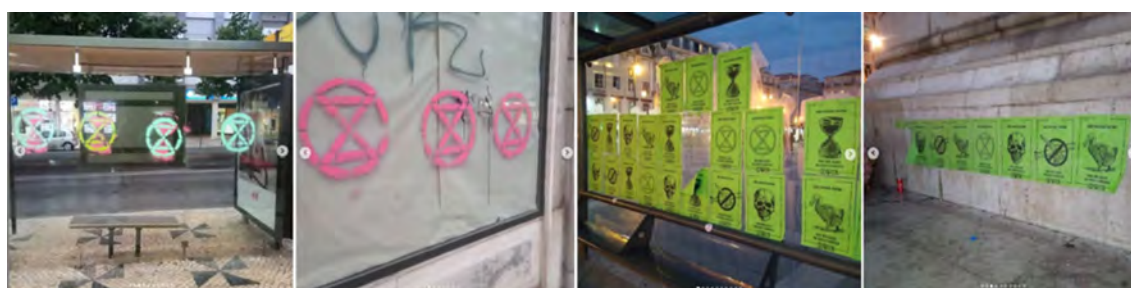


Figura 17. Graffitis e afixação de cartazes na ação Paint the Streets

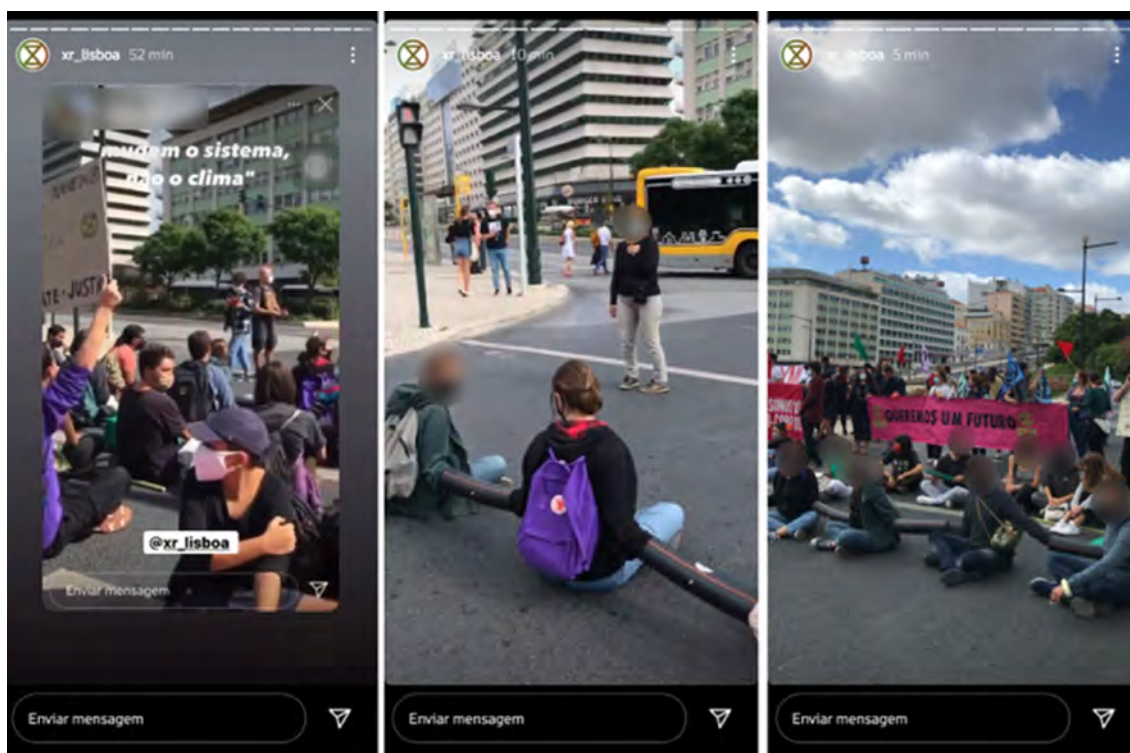


Figura 18. Carácter performativo da ação de bloqueio

Neste plano, importa assinalar que este modo de atuação do coletivo é alvo de objeção por parte de alguns/algumas utilizadores/as que consideram que se trata de atos de vandalismo e iniciativas despropositadas, não quais não se reveem.

“Não posso concordar com este tipo de ações [Paint the Streets] que considero como vandalismo e nisso não me revejo.”, “estes atos apenas minam o movimento, tal como interromper o trânsito. Serão vistos como atos de vandalismo.”, “Esta é a vossa forma de luta? Não concordo minimamente...” (comentários na publicação do dia 13 de setembro de 2020)

“Eh, pá..., qual o objetivo fazer isto? [desativar trotinetas elétricas]”, “é muito importante que não se deixem levar por iniciativas facilmente criticáveis como esta. Destruir bens, não é aceitável para movimentos que se dizem lutar por causas justas.” (comentários na partilha de uma publicação do XR Bordéus, do dia 17 de outubro de 2020)

No âmbito das iniciativas do Extinction Rebellion, notam-se, igualmente, ações diretas nas plataformas digitais. Neste sentido, observa-se a realização de uma ‘photo storm’ (Figura 19) e de uma ‘tweet storm’, onde foram publicados cerca de 20 tweets informativos e de chamada de atenção dos/as utilizadores/as – “(...)sobre os patrocínios da indústria da carne e a construção de um autódromo na Floresta do Camboatá” (tweet do dia 21 de outubro de 2020). Verificam-se, ainda, uma mobilização para o envio conjunto de um email para os/as eurodeputados/as para

exigir “(...) que nas votações do Parlamento Europeu (...) se lembrem do futuro de toda a humanidade e não compactuem com o PAC!” e o pedido de partilha de fotos, juntamente com a publicação de *hashtags* específicos, seguindo algumas indicações (Figura 20).



Figura 19. Post da ciberação no Facebook e Instagram



Figura 20. Indicações para participação acção na esfera digital

Na atividade *online* observada, nota-se, também, o intuito do movimento de partilhar, constantemente, conteúdos informativos e/ou persuasivos para chamar a atenção dos/as utilizadores/as para as alterações climáticas ou para ocorrências deste flagelo (Figura 21).

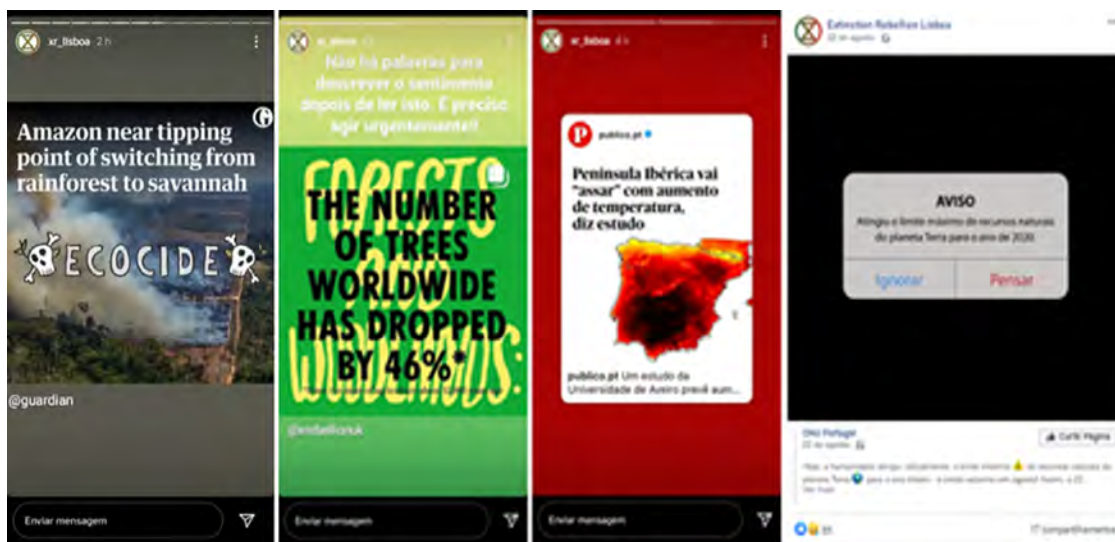


Figura 21. Partilhas de informação sobre flagelo

Através dos discursos do Extinction Rebellion, observa-se que o movimento assinala a importância da abertura, da deliberação e da horizontalidade nos seus processos de tomada de decisão. Desta forma, o coletivo, para além de partilhar abertamente as suas reuniões (Figura 22), sublinha essa particularidade em algumas publicações.

“(...) Todas as reuniões são abertas a qualquer pessoa que se queira juntar a nós. A crise climática que enfrentamos é muito grave e, por isso, qualquer e toda a ajuda disponível são bem-vindas, independentemente da sua profissão. Além do mais, só com reuniões abertas podemos ser verdadeiramente horizontais e exercer a verdadeira democracia decisiva (...)” (comentário do XR Lisboa na publicação do dia 4 de agosto de 2020)

“(...) Precisamos de ti para continuarmos a construir um movimento aberto, horizontal e transparente!” (post do dia 18 de outubro de 2020)

“O XR é um grupo aberto e um dos nossos princípios é que nós recebemos tod@s e conseguimos o nosso projeto sem hierarquia, mas só participação equitativa.” (comentário do XR Lisboa na publicação do dia 22 de novembro de 2020)



Figura 22. Publicações de divulgação das reuniões das ações do XR

Em síntese, o Extinction Rebellion assume-se como um movimento em defesa da justiça climática e ecológica, uma questão que consideram que não tem tido a devida atenção por parte dos governos. Com efeito, é possível notar a perspectiva de que “os governos têm falhado sempre” e, por conseguinte, é necessário “exigir que se faça alguma coisa e se tomem medidas” (Camila, Extinction Rebellion). O coletivo apresenta reivindicações em prol do combate à crise climática. Catarina, uma ativista do Extinction Rebellion, explora detalhadamente estas reivindicações:

“Basicamente, nós acreditamos que é necessário dizer a verdade e agir de acordo com ela (...), é dar o real estado da situação e agir de acordo com isso (...). Depois, emissões a zero em 2025. Sabemos que é praticamente pedir o impossível, mas a situação também é essa. É necessário pedir o impossível, não temos outra opção (...). Terceiro, como isto se faz, através de Assembleias Cidadãs que fazes com uma pequena amostra da população (...) tens uma democracia dos comuns.”

Dado o descontentamento perante a ausência de respostas adequadas das instituições governamentais, o coletivo defende uma abordagem política de “*poder ao povo*” (Camila, Extinction Rebellion) que é “*uma proposta de democracia um pouco diferente, mais participativa*” (Catarina, Extinction Rebellion).

É ainda possível observar a ênfase na criação coletiva de um sentido de urgência para conter os danos ao ambiente, dado que “*estamos a correr o risco da extinção em massa e estamos em negação*” (Catarina, Extinction Rebellion). Neste sentido, o coletivo faz o apelo à disrupção e a ações diretas de desobediência civil não-violentas, com pendor artístico e/ou performativo, como formas de pressão e consciencialização política da população. As ativistas entrevistadas reforçam a importância deste modo de atuação:

“Faz parte daquela cultura regenerativa de mostrarmos e divulgamos aquilo que queremos de forma positiva (...) para mostrar ao público coisas bonitas e inspirar. Diria que é uma nova forma de fazer ativismo (...) importante para chegarmos perto do público. Apesar de nós querermos influenciar o governo, o governo só é influenciado por uma grande parte da população e temos que chegar a essa parte da população.” (Camila, Extinction Rebellion)

“A questão performativa no XR é mesmo importante (...) é o ativismo e acaba (...) por passar a mensagem de uma forma mais cativante para as pessoas, muito menos confrontativa, e é preciso fazer isso para que as pessoas saiam desse estado de dessensibilização quanto a este tema.” (Catarina, Extinction Rebellion)

Por último, as ativistas reforçam a ideia de que se trata de um coletivo que gere os seus processos de tomada de decisão em torno de “*uma verdadeira horizontalidade*”, onde há “*abertura de todos e uma grande receptividade a novas ideias e pessoas e um interesse genuíno em que todos participem*” (Camila, Extinction Rebellion).

3.4. Frente Unitária Antifascista (Braga)



O movimento antifascista apresenta-se, nas suas páginas de redes sociais, como:

“movimento antifascista português! Anti-racista, Anti-sexista, Antifascista, frenteunitariaantifascista.wixsite.com / fuantifa.” (bio página de Instagram)

“Somos uma frente antifascista constituída na cidade de Braga por iniciativa de cidadãos e cidadãs ligados, ou não, a associações, entidades e partidos com o objetivo de lutar pelo fortalecimento da democracia e combater o crescimento do fascismo, atuando e promovendo ações contra a xenofobia, o racismo e o machismo, a fim de frear a ascensão da extrema-direita, que representa o retrocesso que existe na sociedade.” (descrição da página de Facebook)

“Portugal’s antifascist Unitary front: Não passarão, United we Stand, no pasarán” (bio página de Twitter)

Na prossecução desta descrição, verifica-se que a Frente Unitária Antifascista centra, maioritariamente, a sua atividade *online* em grupos, partidos e/ou figuras políticas de extrema-direita. Com efeito, o coletivo sublinha que constitui uma resistência e “(...) a primeira linha de defesa contra a extrema-direita” (publicação do dia 13 de agosto de 2020), de modo a não dar espaço para a ascensão de ideologias fascistas. De facto, observa-se a utilização recorrente dos *hashtags* #primeiralinhacontraofascismo, #somosresistencia e #nenhumespacoparaosfachos. Além disso, o coletivo assinala a importância de todos se afirmarem como antifascistas, procurando também afirmar o termo de forma positiva no espaço público (Figura 23).



Figura 23. Conteúdos visuais publicados sobre ‘ser antifascista’

Sendo a sua atividade focada no escrutínio e combate às figuras e organizações que associa à extrema-direita, nota-se uma atenção especial às ações do partido ‘Chega!’ e do seu líder, André Ventura. Este é referido, regularmente, através de termos depreciativos como “facho”, “energúmeno”, “ventoinha”, “aldrabão”, “machista e patriarcal” e “mentiroso e manipulador”. Neste ponto, observa-se, por um lado, a intensa partilha de notícias sobre irregularidades, condenações e ligações à extrema-direita e ao fascismo deste partido político (Figura 24). Por outro lado, o coletivo faz questão de partilhar, de forma continuada, conteúdos de sátira (imagens ou *memes*) onde se expressam algumas posições e contradições (Figura 25).



Figura 24. Exemplos de notícias partilhadas sobre André Ventura e o seu partido



Figura 25. Conteúdos de sátira sobre André Ventura e o seu partido

Os discursos do movimento antifascista apontam, então, para uma postura crítica e de reprovação perante estas figuras e grupos, defendendo que “(...) é fundamental desmascarar e mostrar bem o que defende e representa o partido de extrema-direita” (post do dia 4 de setembro de 2020). Efetivamente, o coletivo defende que

“a extrema-direita é um ataque pessoal a todos nós. Constitui um ataque direto à existência de outros seres humanos que não os que correspondem aos padrões normativos da sociedade em termos de cor, etnia, orientação sexual ou identidade de género. A extrema-direita ameaça as instituições (...). Ameaça a nossa liberdade (...).”

Partidos como o Chega!, que escondem o seu discurso de ódio atrás de um populismo tão horrendo e com um patriotismo tão falso e que ainda assim conseguem conquistar eleitores, são uma ameaça à nossa cidadania, ao país onde nascemos.” (post do dia 4 de setembro de 2020)

O coletivo espera que este escrutínio possa servir para que “(...) a sociedade possa finalmente abrir os olhos a tudo o que está a acontecer e se aperceba do perigo que representam o crescimento e normalização da extrema-direita. Por aqui não passarão!” (publicação do dia 29 de novembro de 2020). Por conseguinte, verifica-se, cumulativamente, que um dos padrões da atividade da FUA passa por dificultar ao máximo a vida a este partido político, quer na esfera digital, quer nas ruas. Assim, é possível identificar ciberacções de boicote a estabelecimentos (Figura 26) que recebam algum evento promovido por este partido.

“(...) Mostrem o vosso amor com quem dá palco a Cheganos, agora em formato comentário, e angry reacts em todos os posts que apanharem. Quem acolhe é conivente, e o dinheiro não vale mais que a liberdade e o respeito.” (publicação do dia 9 de outubro de 2020)

“Desativar as críticas, depois de o ranking ter passado de 4,8 para 3,7? Sem problema, continuamos a dizer todo o bem que achamos deste Antro de fachos, por comentários nas publicações da página (...)” (tweet do dia 10 de outubro de 2020)



Figura 26. Incentivo a ações de boicote a estabelecimentos

Expressando aquilo que esperariam da parte das figuras e instituições políticas do país, os discursos do movimento antifascista mostram desagrado perante o que classificam como a inação dos partidos políticos perante as ameaças trazidas pela ascensão da direita extremista.

“(...) Apelamos por isso, mais uma vez, a que os partidos parlamentares de esquerda (e também aos de direita) que tomem uma posição clara contra o avanço da extrema-direita em Portugal e que comecem a atuar com firmeza contra este perigo, apoiando de facto a

luta que tem vindo a ser feita nos últimos anos pelos movimentos sociais nas ruas e pela nossa organização.” (publicação, através de um conteúdo visual, do dia 19 de novembro de 2020)

“(…) Será que agora os partidos parlamentares vão acordar e levar a sério esta ameaça contra a qual lutamos há anos, mesmo sendo regularmente criticados e minimizados? Será que agora, tanto do Bloco de Esquerda como do PCP – Partido Comunista Português, podemos esperar um mínimo de apoio e envolvimento nesta luta?” (publicação do dia 29 de novembro de 2020)

O coletivo defende que “(…) o fascismo, as suas várias formas de expressão e outros tipos de discurso semelhantes não se combatem apenas com leis, mas sim tomando as ruas e qualquer espaço de que estas pessoas se tentem apropriar, onde desejam espalhar discursos alienantes e de ódio.” (publicação, através de um conteúdo visual, do dia 19 de novembro de 2020). Deste modo, identificam-se algumas ações de rua de combate às forças de extrema-direita nacionais. Primeiramente, a ação ‘Unidos contra o Fascismo’ com o intuito de “(…) mostrar que Portugal é antifascista” (tweet do dia 14 de agosto de 2020). Posteriormente, a Frente Unitária Antifascista demonstra o seu apoio a uma concentração de cidadãos/as “(…) pela liberdade e pela dignidade da cidade e das pessoas” (publicação de 17 de setembro de 2020) que aconteceria, simultaneamente, a uma mobilização de apoiantes do partido ‘Chega!’. Na documentação desta iniciativa, o movimento antifascista apresenta-se como o vencedor deste ‘combate’ – “(…) a FUA contribuiu decisivamente para as derrotas, como a que o Chega! viveu em Évora no passado mês de setembro” (post do dia 16 de outubro de 2020) – através da ilustração do confronto na rua (Figura 27).

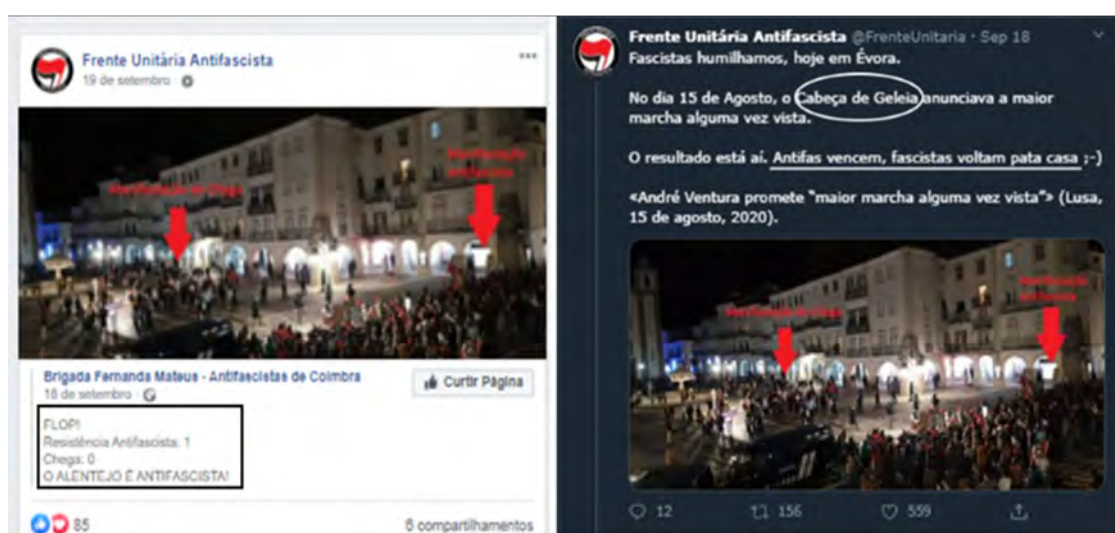


Figura 27. Ilustração do confronto na rua com apoiantes do ‘Chega!’

Observa-se ainda que, em algumas das publicações, se dedicam à partilha de materiais de formação para ativistas antifascistas (Figura 28).



Figura 28. Divulgação de materiais de formação antifascistas

Noutro plano, o movimento assinala que a *“a luta antifascista nunca se fez, nem se fará jamais sem a luta antirracismo, a luta feminista, a luta pelos direitos LGBTQIA+, pelo clima, pela habitação, entre outras a luta contra todas as formas de opressão”* (post dia 16 de agosto de 2020). Deste modo, ao longo do período de observação, nota-se a atenção do movimento antifascista nestas causas, através da publicação ou partilha de conteúdos info-reivindicativos, onde são apresentados notícias e pontos de vista a este respeito (Figura 29). Por exemplo, o grupo sublinha que *“(…) cada ser humano tem o direito de ser feliz na sua identidade e plenitude como pessoa”* (post do dia 10 de setembro de 2020). Além disso, fazem questão de divulgar eventos/iniciativas de outros coletivos, relacionados com estas causas, para não permitir que *“(…) racistas, fascistas, sexistas e homofóbicos saiam impunes”* (publicação do dia 19 de novembro de 2020), assinalando a importância de *“lutar pelo que acredita: uma sociedade livre de opressões, livre de totalitarismos, de racismo e de discriminações”* (publicação de agosto de 2020).



Figura 29. Exemplo de partilha de conteúdos sobre diversas causas

Outro padrão da atividade *online* do movimento consiste no desafio a narrativas nacionalistas sobre história do país, sobretudo no que toca ao período do Estado Novo, recordando “(...) *a repressão, a perseguição, a tortura e as mortes do fascismo em Portugal*” (post do dia 22 de outubro). Com efeito, nota-se que os discursos do grupo tentam romper a ideia do “*antigamente é que era bom...*”, a partir da lembrança de alguns assassinatos às mãos do regime fascista (Figura 30) e explorando aquilo que foi a “(...) *verdadeira história em Portugal*”, em tempos de ditadura.

“(...) *o país dos miseráveis (...), da emigração, onde se destroçavam famílias (...), da guerra colonial que matou 13 mil jovens portugueses e mais de 100 mil guineenses, angolanos e moçambicanos (...), o país de 50% de alfabetização total e de 90% de alfabetização funcional (...), o país onde praticamente ninguém tinha acesso a cuidados médicos dignos (...).*” (partilha de post do Núcleo Antifascista de Guimarães no dia 10 de outubro de 2020)



Figura 30. Exemplo de partilha de conteúdos sobre mortes às mãos do fascismo

Além disso, celebra algumas personalidades históricas nacionais com um papel relevante no combate à opressão destes tempos, tal como Carolina Beatriz Ângelo, feminista e a primeira mulher a votar em Portugal; Álvaro Cunhal, antifascista e líder comunista; e José Mário Branco, cantor e autor de música de intervenção. Desta forma, a Frente Unitária Antifascista sublinha a importância de não se esquecer “(...) *nunca este momento aterrador da história portuguesa, da nossa verdadeira história. Lutemos para que nunca mais se repita. Repressão, ausência de liberdade individual, social e política, nunca mais! Fascismo, nunca mais!*” (publicação do dia 22 de outubro de 2020).

Em suma, a Frente Unitária Antifascista consiste num movimento de oposição ao fascismo e à extrema-direita com o intuito de *“cortar o espaço e desconstruir tudo o que é a argumentação deles [grupos fascistas]”* (Baltasar, Frente Unitária Antifascista). Neste sentido, o movimento centra maioritariamente a sua atenção no combate à ascensão do fascismo em Portugal – o partido Chega! e o seu líder assumem um papel de destaque –, de forma *“a mostrar às pessoas o que eles defendem, porque muitas pessoas dizem que ele [André Ventura] diz as verdades, mas nem sequer sabem do que é que ele é contra”* (Daniel, Frente Unitária Antifascista).

O coletivo assume também uma postura de descontentamento relativamente à política institucional, visto que *“não vamos poder contar com as instituições para barrar o fascismo (...) as instituições burguesas não estão cá para fazer a luta contra o fascismo”* (Baltasar, Frente Unitária Antifascista). Neste plano, a crítica aos partidos políticos de esquerda assume centralidade, tal como deram conta os ativistas entrevistados:

“Eles [Frente Unitária Antifascista] diziam muito que era a esquerda do sistema (...). Faziam muito a crítica que a esquerda estava vendida ao sistema e diziam que era uma esquerda burguesa.” (Daniel, Frente Unitária Antifascista)

“Simplesmente desde que houve a Geringonça já não vemos a Esquerda na rua (...). Nós já não vemos a luta da classe trabalhadora ser feita pela esquerda. Passaram para uma conciliação com o Governo atual que não está a favor da defesa do povo.” (Baltasar, Frente Unitária Antifascista)

Além disso, observa-se que esta posição é articulada com narrativas antissistema – *“sem dúvida, aliás o movimento antifascista, na sua própria génese, sempre foi um movimento antissistema”* (Baltasar, Frente Unitária Antifascista).

O movimento antifascista enquadra a sua luta de modo interseccional, sublinhando a importância *“da solidariedade com os migrantes, com a comunidade homossexual (...) do combate à intolerância, ao racismo”* (Daniel, Frente Unitária Antifascista). Baltasar explora precisamente o que o coletivo defende neste sentido:

“(...) o que nós defendemos e que acaba por abranger as lutas todas é que toda a gente tem o seu lugar na sociedade, seja qual for a sua diferença. Toda a gente tem lugar na sua sociedade e ninguém pode, no nosso ponto de vista, ser discriminado por ter uma orientação sexual diferente, por se identificar com um género diferente, por ter uma religião diferente.”

Por fim, a Frente Unitária Antifascista demonstra, ainda, a preocupação de desconstruir a “verdadeira história” de Portugal – *“as pessoas precisam de saber o que foi a ditadura naquele tempo”* (Daniel, Frente Unitária Antifascista) – e de exaltar figuras históricas vítimas do fascismo. Deste modo, o coletivo pretende entrar na disputa sobre as interpretações do passado, tal como reforça um ativista entrevistado:

“Acontece que hoje, por exemplo, tens alguns grupos que dizem que antigamente não era tão mau. Isso é o que eles dizem, mas, se calhar, é mentira. Isto é uma coisa que

se pode contrapor com pessoas que viveram na pele e podem contar a sua história, podem contar o que foi viver nessa época.” (Baltasar, Frente Unitária Antifascista)

4. Síntese integrativa

Os quatro grupos e movimentos políticos, cuja atividade *online* foi analisada, são de natureza distinta e apresentam diferentes objetivos, estratégias e orientações políticas. As suas identidades são construídas fundamentalmente em torno de causas mobilizadoras do seu envolvimento e que orientam a construção dos seus discursos, a partir dos quais definem modos de atuação. A observação, ao longo tempo, do conteúdo publicado nas redes sociais, bem como as entrevistas realizadas a dois representantes de cada coletivo, permitem perceber, desde logo, a ênfase em motivações ligadas ao restabelecimento do ‘bem comum’ e à construção de um futuro coletivo. Por outras palavras, a ação política destes grupos é ancorada numa dimensão projetual, que é apresentada num tom universalizante e que apela à mobilização da sociedade para proteger o futuro: *o futuro de todos nós está em risco*. Os dados das entrevistas com os/as ativistas destes grupos reforçam estas preocupações (e diferentes visões) sobre o futuro:

“O futuro não parece promissor. A cada dia que passa, há uma perda de valores morais, de valores éticos, que outrora estiveram na berra, nomeadamente a honestidade, o valor de comunidade, a questão de solidariedade, o ajudar o próximo.” (Margarida, Escudo Identitário)

“Estou muito preocupado [com o futuro]. Sinceramente estou muito preocupado porque estou a ver uma normalização do discurso de ódio.” (Baltasar, Frente Unitária Antifascista)

“Eu não sei o que vai acontecer no futuro, mas se não nos organizarmos e continuarmos a ser vigilantes e a formar novas pessoas, a luta vai ser muito mais difícil, vai ser difícil ocupar o espaço público, vai ser um desafio que pode custar vidas, outra vez. Eu não quero imaginar Portugal a ter que voltar outra vez ao tempo do Estado Novo.” (Gonçalo, Plataforma Já Marchavas!)

“O que eu acho que vai acontecer do ponto de vista da realidade material é que há consequências das quais já não podes fugir [...], nós não devíamos ter a conversa sobre as alterações climáticas, nós já deveríamos, coletivamente, discutir como vamos lidar com elas. De alguns graus de aquecimento já não nos livramos e isso tem de entrar nas cabeças de toda a gente.” (Camila, Extinction Rebellion)

As ameaças a este futuro são reiteradamente apresentadas como sendo as principais motivações destes grupos: a dissolução da identidade nacional e europeia (Escudo Identitário), a crise climática (Extinction Rebellion), as estruturas patriarcais discriminatórias (Plataforma Já Marchavas!), a ascensão da extrema-direita (Frente Unitária Antifascista). Nas entrevistas, os/as jovens ativistas, representantes destes coletivos, sublinham a importância de “*defender as nossas tradições, os nossos*

costumes, a nossa identidade etnocultural” (Rodrigo, Escudo Identitário); a urgência de reconhecer que “[o] colapso ecológico já é uma questão” (Catarina, Extinction Rebellion); a necessidade de continuar a lutar para que, “*um dia, sejamos todos e todas iguais e que não haja discriminação*” (Gonçalo, Plataforma Já Marchavas!); a relevância de “*consciencializar o povo sobre o que é o fascismo e (...) as consequências se [os grupos fascistas] chegam ao poder*” (Baltasar, Frente Unitária Antifascista). Sendo estas motivações (em alguns casos, radicalmente) distintas, orientam estilos de participação focados em assuntos e causas específicos, potencialmente mais mobilizadores junto da audiência juvenil *online* (Viola, 2020). Mesmo considerando o eventual carácter temporal deste tipo de participação – *issue-based engagement* (Amnå e Ekman, 2014) –, o modo como se enraíza em significados mais tangíveis nas vidas de diversos grupos juvenis tem sido apontado como potenciador das transformações participatórias contemporâneas (e.g. Sloam e Henn, 2019). Simultaneamente, estes estilos de participação e reivindicação são enquadrados, axiológica e ideologicamente, de forma mais ampla. Podendo sinalizar as preferências de grupos ativistas juvenis no que diz respeito à sua participação, estes resultados aproximam-se também dos encontrados junto de jovens com participação associativa e em junventudes partidárias e que podem ser encontrados no capítulo 3. Também aí, e como acontece com os coletivos analisados, a participação dos/as jovens é frequentemente acompanhada de algum desencanto com as lideranças e as instituições políticas.

Os objetivos dos diferentes coletivos analisados são articulados com narrativas antissistema e de crítica a instituições de governo nacional ou local. O descontentamento relativamente à política institucional e à classe política é transversalmente comunicado através de discursos textuais e visuais que procuram apontar contradições e exigir que se levem a sério as suas reivindicações. No entanto, esse ponto transversal a todos os movimentos não garante alianças, nem impede antagonismos. O Escudo Identitário, ao procurar defender a soberania e o patriotismo, contesta aquilo que designam de orientação ‘multicultural’ governativa. Dito de outro modo, argumentam que Portugal atravessa um período de calamidade causado pelo avanço do chamado ‘progressismo’ e da perspetiva multicultural, que coloca em risco a economia e vulnerabiliza as famílias tradicionais portuguesas em detrimento dos recursos mobilizados para a defesa dos grupos imigrantes. O seguinte excerto de entrevista mostra como ativistas individuais procuram construir justificações que legitimem aquilo que, ao longo das observações *online*, foi identificado como narrativas anti-imigração:

“O que nós vemos é que quem está a atacar o ‘ser-se português’ são as altas instâncias que permitem que essa gente entre. Quem é inimigo de Portugal, quem está a prejudicar o nosso país, na nossa cosmovisão, são os senhores que estão sentados no Palácio de Belém, no Parlamento. Porque as pessoas que entram, os migrantes, muitas vezes, vão legitimamente à procura de uma vida melhor e nós não temos nada contra isso. Agora, o problema é quem dá azo a que [Portugal] seja visto como um centro de acolhimento.” (Rodrigo, Escudo Identitário)

Aliada a essa perspetiva de calamidade, desenvolve-se a ideia de que, caso não haja uma intervenção num futuro próximo, a identidade portuguesa desaparecerá, diluída no

multiculturalismo global. Neste sentido, afirmam, portanto, uma posição anti-imigração, que pretende combater a “selvajaria” e a “invasão” do país, que conduzirá àquilo que é enquadrado como sendo um fenómeno de “substituição nacional” (tal como é referido nas publicações *online*). Rodrigo, do Escudo Identitário, sublinha que Portugal deixou de ser “*uma nação, uma comunidade unida em torno de uma religião, de uma tradição comum, com os mesmos costumes, com a mesma língua, com a mesma identidade étnica (...) de facto, é algo que revolta o Escudo*”. Em contraste, a Frente Unitária Antifascista apresenta-se como um movimento de oposição direta a grupos fascistas, enquadrando esta oposição de modo interseccional, considerando a luta antifascista necessariamente assente no reconhecimento de diversas dimensões e estruturas opressivas e discriminatórias, que se cruzam e reforçam. Os resultados das entrevistas mostram precisamente a importância de se compreender a luta antifascista como uma luta contra “todo um sistema de opressões e discriminações”:

“Não fazia qualquer sentido que a luta antifascista não estivesse envolvida na luta antirracista (...). Nós não estamos só a lutar contra um grupo de extrema-direita ou um partido de extrema-direita. Nós estamos a lutar contra todo um sistema de opressões e discriminações e, por isso, claro que todas essas lutas pela igualdade e pela tolerância acabam por estar incluídas na luta antifascista. (...) cada uma dessas lutas está a lutar pela mesma causa que é o direito à liberdade, à autodeterminação e à igualdade. E isso são os valores principais que nós defendemos.” (Baltasar, Frente Unitária Antifascista)

Na atividade *online*, este grupo sublinha também a passividade governamental, mas neste caso relativamente à ausência de posições firmes no combate à ascensão do fascismo em Portugal e à falta de apoio dos movimentos sociais e das lutas feitas nas ruas – a oposição ao partido político Chega! e ao seu líder assume centralidade. De acordo com os ativistas entrevistados, “*a esquerda continua a falhar muito (...) há muitas questões que a esquerda deixou de lado e (...) que deixa que o Ventura chegue e possa dizer que é a solução*” (Baltasar, Frente Unitária Antifascista). Concretamente, nas entrevistas sublinha-se que a estratégia dos “*partidos de esquerda parlamentar é fingir que o Chega! não existe. (...) O PCP e o BE têm muito aquela perspetiva sectária.*” (Daniel, Frente Unitária Antifascista).

Também o Extinction Rebellion se expressa em oposição aos governos e às corporações que não têm em conta na sua ação a situação que se vive de emergência climática, que não agem em prol de um futuro habitável, mas, ao invés, motivados por interesses privados orientados para o lucro e para o mercado. Este coletivo assume como ponto de partida a ideia de escassez de tempo para conter os danos ecológicos, que não têm sido alvo da devida atenção por parte do poder político. As ativistas entrevistadas sublinham a ineficácia dos governos no que toca à crise climática e, conseqüentemente, a necessidade de a ação política ir além do campo da política tradicional:

“Nós não confiamos no que os governos andam a fazer há mais de 30 anos [...]. Ou seja, nós não temos confiança política em partidos – daí que o XR seja beyond politics – não queremos ficar no campo da política tradicional, parlamentar, representativa, porque não tem funcionado.” (Catarina, Extinction Rebellion)

“(...) não podemos esperar que sejam os governos que recebem dinheiro, direta ou indiretamente, de indústrias poluidoras que vão fazer alguma coisa contra essas indústrias. Portanto, não podemos estar à espera que seja o governo a fazer coisas, então temos que ser nós.” (Camila, Extinction Rebellion)

À semelhança destes dois últimos coletivos, também a Plataforma Já Marchavas! – e talvez de forma mais explícita – configura as suas narrativas em torno da interseccionalidade de causas, mostrando-se aberta à participação de diferentes pessoas ou grupos ideológicos que se identifiquem com a proposta de defesa dos direitos humanos, ameaçados por homofobia, machismo, racismo e xenofobia. Apela, portanto, à convergência de discursos e forças políticas que combatam sistemas opressores. As entrevistas reforçam isto mesmo, com o coletivo a ser apresentado como *“um movimento de várias associações, de partidos e de pessoas em nome individual que, todos juntos, fazem parte deste movimento que luta por várias causas”* (Gonçalo, Plataforma Já Marchavas!). Neste sentido, a interseccionalidade é parte integrante da identidade do próprio grupo, orientando as suas escolhas, ações e modos de organização:

“Nós somos interseccionais, tanto que organizamos iniciativas de áreas que, aparentemente, são distintas. [...] Quando estamos a combater a causa do machismo, da sociedade patriarcal, estamos também a combater a causa LGBTI-fobia ou a causa do racismo, etc. Porque, no fundo, a causa de tudo isto não é algo específico, nem são pessoas específicas: é uma determinada estrutura social, dominante [...]. Ou seja, percebendo que esta é a causa de muitas violações de direitos humanos e ostracização de muitas minorias (não que sejam minorias reais, mas dos grupos que são considerados minorias), percebemos que estão todas a lutar pela mesma coisa e têm o mesmo fim, que é transformar a sociedade num ambiente mais inclusivo, mais diverso, mais livre na diversidade.” (Rita, Plataforma Já Marchavas!)

De modos diversos, e estrategicamente, os quatro grupos ativistas demarcam-se da política partidária e apelam a um rompimento com o *statu quo*, assente numa abordagem “metapolítica” (Escudo Identitário) ou “para além da política” (Extinction Rebellion) que ensaia a reconstrução da política a partir de contextos de participação direta e da luta política nas ruas:

“A política não está no Parlamento (...) para mim, a política está nas ruas, naquele grupo, como nos gostam de chamar, de neonazis, de fascistas ou de nacionalistas que está ali a lutar inocentemente por causas que considera justas.” (Rodrigo, Escudo Identitário)

“(...) nós queremos uma política mais participativa. Nós defendemos a existência de assembleias de cidadãos para que haja um poder direto das pessoas na política e não simplesmente votar em alguém que esperamos que vá fazer o que nós queiramos que faça.” (Camila, Extinction Rebellion)

A importância dada pelos/as jovens destes coletivos à utilização dos contextos *online* enquanto contextos de ação política, é congruente com o que foi encontrado para

os/as jovens em geral e pode também ser reflexo de uma maior propensão dos/as mais jovens para o consumo de informação política a partir das redes sociais (vd. Capítulo 2). Nesse âmbito, o uso que os coletivos fazem de *hashtags* pode ser ilustrativo. O uso de *hashtags* revela-se instrumental na circulabilidade de mensagens centrais, na relação com redes discursivas amplas e na criação de públicos e contra públicos na esfera *online* (Rambukkana, 2015). Neste caso, os *hashtags* demonstram o modo como os diferentes grupos ativistas decidem o que deve ser particularmente visível: a transversalidade de causas (Plataforma Já Marchavas!: #lgbti #feminismo #antiracismo #direitoshumanos); a falta de transparência político-governativa (Extinction Rebellion: #tellthetruth, #systemchangenotclimatechange); a ausência de respostas políticas adequadas (Frente Unitária Antifascista: #primeiralinhacontraofascismo, #somosresistencia); a ameaça ao futuro da nação (Escudo Identitário: #portugalemcalamidade). Como vimos na apresentação dos resultados, estas dimensões traduzem-se em estratégias que promovam algum tipo de identificação ou relação com as grandes narrativas veiculadas. No caso do Escudo Identitário e da Frente Unitária Antifascista, o apelo memorial da história portuguesa é trazido para a esfera *online* através da celebração de figuras e acontecimentos que, no primeiro caso, pretendem exaltar um passado “heroico” e “glorioso” de Portugal para sustentar a defesa incondicional da soberania e da identidade portuguesas e europeias, e, no segundo caso, enaltecer figuras marcantes na luta antifascista, nomeadamente através da homenagem a vítimas do regime ditatorial em Portugal. A esfera *online* mostra-se aqui como espaço de disputa histórica, em que se tenta contar “a verdadeira história” (Frente Unitária Antifascista), ou evitar que ela seja “reescrita à luz de ideologias subversivas” (Escudo Identitário). As imagens (de estátuas, de pessoas, de cartazes) servem para reforçar o sentido de identificação pretendido por parte da audiência *online*, mostrando que, tal como as ideias de futuro, também as noções sobre o passado competem e são ativamente contestadas. De modos distintos, os conteúdos visuais usados pelos outros grupos – imagens sobre o flagelo climático (Extinction Rebellion) e fotografias de pessoas ativistas (Plataforma Já Marchavas!) – procuram suscitar também o sentido de identificação com causas, conferindo-lhes uma dimensão de realidade e concretude, corroborando o papel determinante que as práticas visuais podem ter na utilização das redes sociais por movimentos políticos e ativistas (e.g. Doerr, Mattoni e Teune, 2015).

Nas entrevistas, a dimensão histórica foi uma das questões que se pretenderam explorar, tendo sido reforçada a importância do passado como “espelho daquilo que já fomos” (Rodrigo, Escudo Identitário) ou como “memória do que foi o fascismo realmente” (Baltasar, Frente Unitária Antifascista):

“o passado é importante para nós. Nós somos portugueses (...) porque os nossos antepassados (...) fizeram algo para sermos aquilo que somos hoje. (...) O passado é relevante para nos dar um espelho daquilo que já fomos. Para espelhar aquilo que foram os nossos feitos, onde estavam as nossas origens, como chegámos onde chegámos. (...) Não somos portugueses por ter um cartão que agora até vem com um selo de Bruxelas. Eu sou português porque os meus antepassados derramaram sangue, suor e lágrimas para edificar este país.” (Rodrigo, Escudo Identitário)

“Tu tens sempre pessoas a dizer (...) que no tempo do Salazar é que era bom, isto era um Salazar em cada esquina e agora, com o Ventura, ainda se ouve mais isso. E é preciso dizer que havia uma guerra, que houve miséria, que tinhas não sei quantos milhares de analfabetos, que não havia direito nenhum: não havia direito à educação, não havia direito à greve, não havia direito à saúde, não havia nada. (...) As pessoas passaram fome naquele tempo. As pessoas precisam de saber o que era a ditadura naquele tempo. E não é só isso, é que, agora, está-se a fazer uma reciclagem histórica, e isso é uma coisa que me irrita até bastante, de dizer que o Estado Novo não foi fascista, que nunca houve fascismo em Portugal, uma tentativa de apagar a história.”
(Daniel, Frente Unitária Antifascista)

Os dados mostram posições que desafiam radicalmente as relações normativas ou binárias com a política (e.g. Farthing, 2010; Sveningsson, 2015), na medida em que se propõem formas mais participativas e diretas de cidadania. A mobilização para a ação e o envolvimento políticos é clara na forma como a Plataforma Já Marchavas! reclama o direito à cidade e ao espaço público, através de conteúdos visuais que denunciam os bloqueios do governo municipal às instalações artístico-políticas nas ruas. A luta pelo/no espaço público traduz-se, no caso da Frente Unitária Antifascista, em ações de ciberboicote, através da exposição *online* de estabelecimentos que dão suporte ou cedem espaço a grupos de extrema-direita, provocando *angry reacts* na esfera *online*. Durante as entrevistas, os ativistas elaboraram sobre o papel destas ações, comunicadas e divulgadas na esfera *online*, e cujas implicações vão para além deste âmbito:

“E, a partir do momento em que o Presidente da Câmara, no ano passado, diz que é proibido afixar seja o que for no Rossio, está tudo dito. Como é que é possível um Município proibir a liberdade de expressão dos seus cidadãos/ãs? Não faz sentido. O Rossio não é privado, o Rossio é das pessoas que habitam aqui em Viseu.” (Gonçalo, Plataforma Já Marchavas!)

“A FUA fazia muito a cena de vai haver um evento num hotel ou uma treta qualquer que ia receber um comício do Chega!. Então eles vão às páginas daquele hotel e têm muito essa cena de fazer reviews negativas. Isso era constante, o boicote. Falava-se muito disso.” (Daniel, Frente Unitária Antifascista)

Num registo menos confrontativo, as campanhas de *tweet storms* e *paint the streets* (cujas fotografias são partilhadas nas redes sociais), promovidas pelo Extinction Rebellion, são também exemplo da ligação entre *online* e *offline* que, no caso deste grupo, são acompanhadas por um apelo à disrupção, como forma de pressão política. Uma das ativistas entrevistadas refere este objetivo disruptivo que pretende emular o ‘desconforto’ que os efeitos negativos da crise climática tem imposto noutros países e noutras comunidades:

“(...) a mudança social vai ser sempre desconfortável para alguns. Neste momento, está a ser desconfortável para pessoas em Jacarta, no Médio Oriente ou na Amazônia. E nós queremos trazer esse desconforto. Vai sempre haver pessoas que vão, entre aspas, sofrer. Mas é muito melhor sofrer sentadinho num carro, durante uma hora, à espera que uns tolos no Marquês desandem de lá, do que, se calhar, com 40°C à

sombra, no pico do verão, não é? As ações, então, têm esse intuito de deixar as pessoas desconfortáveis e isso ser um promotor de reflexão.” (Camila, Extinction Rebellion)

O contexto de observação *online* permite também perceber interações entre grupos políticos, traduzindo-se em relações de oposição ou convergência. Enquanto a partilha por parte de alguns coletivos de conteúdos produzidos por outros grupos ilustra a continuidade entre questões climáticas, LGBT e antifascistas, as divergências entre coletivos tomam formas diferenciadas. Por exemplo, conteúdos visuais de tom satírico (*e.g. memes e cartoons*) são amplamente usados pela Frente Unitária Antifascista para denunciar e escrutinar ações de partidos como o Chega!, com o objetivo de tornar as implicações políticas mais visíveis e facilmente comunicáveis. Por outro lado, o Escudo Identitário elabora discursos que pretendem invisibilizar e minorizar a capacidade política de movimentos e grupos opostos. O antagonismo evidente é bem ilustrado na partilha de fotografias de protestos pela Frente Unitária Antifascista, em que a presença numérica de grupos opostos é assinalada, mostrando como o visual é também palco e ferramenta de lutas entre representações e significados (*e.g. Neumayer e Rossi, 2018*).

Em síntese, ressaltam deste exercício analítico, que procurou sintetizar e integrar os principais resultados, algumas ideias fundamentais. Uma delas é a presença da dimensão projetual no modo como os grupos se organizam do ponto de vista das suas retóricas e dos seus modos de atuação. A construção de uma ideia de ameaça, de o futuro coletivo estar em risco, marca, ainda que com orientações diferentes, os coletivos e as suas preocupações com o restabelecimento do ‘bem comum’. Numa dimensão mais conflitual, há a assinalar o modo como articulam o resgate da “verdade” histórica, a disputa sobre a sua interpretação, ou da verdade dos factos que deve orientar a ação política. Esta dimensão assume centralidade em todos os grupos. As narrativas antissistema de crítica ao poder político-institucional, em alguns casos estendido às corporações e outras elites económico-financeiras, que é acusado pelos diversos quadrantes de não prestar a devida atenção aos problemas urgentes que colocam em causa o ‘futuro’ das sociedades, assumem particular evidência. Há aqui um elemento de comunicação e mobilização também das emoções que é apoiado, em alguns casos, por escolhas que passam por formas de participação expressivas e performativas, assim como pela preferência por formas de ação direta. Essa ação e mobilização assumem também formas marcadas pelos contextos *online* visíveis, por exemplo, no uso de hashtags e na produção de elementos visuais de comunicação. Os diferentes coletivos fazem recurso a estratégias de comunicação que assentam em mensagens visualmente apelativas e concretas para promover uma identificação mais efetiva (e afetiva) com as suas narrativas e, desse modo, incrementar a mobilização individual e coletiva. As comunalidades discursivas não garantem, no entanto, convergência entre grupos, assumindo-se alguns deles, aliás, pela manifestação reiterada de posições antagónicas e de confronto. Nesse contexto de luta pela afirmação dos seus ideais no espaço público *online* e *offline*, o passado e o futuro são palco de contestação e de interpretação distintas com recurso a estratégias de mobilização que articulam a ação (relativamente às suas causas), as emoções (relativamente a consequências) e os posicionamentos antissistema.

Referências bibliográficas

- Abdullatif, A. (2013), Voices of Women in the Arab Spring. *Journal of Social Sciences Education*, 12, 1, 14-30.
- Amná, E. e Ekman, J. (2014), Standby citizens: Diverse faces of political passivity. *European Political Science Review*, 6(2), 261-281.
- Banaji, S. (2008), The trouble with civic: A snapshot of young people's civic and political engagement in twenty-first-century democracies, *Journal of Youth Studies*, 11, 5, 543-560.
- Boulianne, S. e Theocharis, Y. (2020), Young People, Digital Media, and Engagement: A Meta-Analysis of Research. *Social Science Computer Review*, 38(2), 111-127. <https://doi.org/10.1177/0894439318814190>
- Campos, R., Pereira, I. e Simões, J. A. (2016), Ativismo digital em Portugal: um estudo exploratório. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82, 27-47. <http://journals.openedition.org/spp/2460>
- Chayinska, M., Miranda, D. e González, R. (2021), A longitudinal study of the bidirectional causal relationships between online political participation and offline collective action. *Computers in Human Behavior*, 121, 106810. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2021.106810>
- Doerr N., Mattoni A. e Teune S. (2015), Visuals in social movements. In della Porta, D. e Diani M. (Eds), *The Oxford Handbook of Social Movements* (pp. 557-566). Oxford: Oxford University Press.
- Farrell, H. (2012), The consequences of the Internet for Politics. *Annu. Rev. Political Sci.*, 15:35-52. doi:10.1146/annurev-polisci-030810-110815
- Farthing, R. (2010), The politics of youthful antipolitics: Representing the "issue" of youth participation in politics. *Journal of Youth Studies*, 13(2), 181-195.
- Heawood, J. (2018), Pseudo-public political speech: Democratic implications of the Cambridge Analytica scandal. *Information Polity*, 23, 429-434. DOI 10.3233/IP-180009
- Howard P. e Hussain M. (2011), The upheavals in Egypt and Tunisia: the role of digital media. *J. Democr.*, 22:35-48
- Juris, J. S. e Pleyers, G. H. (2009), Alter-activism: emerging cultures of participation among young global justice activists. *Journal of Youth Studies*, 12(1), 57-75. <https://doi.org/10.1080/13676260802345765>
- Livingstone, Sonia (2008), Learning the lessons of research on youth participation and the internet, *Journal of Youth Studies*, 11, 5, 561-564.
- Menezes, I. (2003), Participation experiences and civic concepts, attitudes and engagement: Implications for citizenship education projects. *European Educational Research Journal*, 2, 3, 430-445.
- Negroponte N. (1995), *Being digital*. New York: Knopf.
- Neumayer, C. e Rossi, L. (2018) Images of protest in social media: Struggle over visibility and visual narratives. *new media & society* 20(11): 4293-4310.
- Noury, A. e Roland, G. (2020), Identity politics and populism in Europe. *Annu. Rev. Political Sci.*, 23:421-39. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-050718-033542>
- Olsson, T. (2008), For activists, for potential voters, for consumers: three modes of producing the civic web. *Journal of Youth Studies*, 11, 5, 497-512.
- Pickard, S. (2019), Young People and DIO Politics: Do-It-Ourselves Political Participation. In S. Pickard (Ed.), *Politics, Protest and Young People: Political Participation and Dissent in 21st Century Britain* (pp. 375-405). Palgrave Macmillan UK. https://doi.org/10.1057/978-1-137-57788-7_12
- Rambukkana, Nathan (2015), *Hashtag Publics: The Power and Politics of Discursive Networks*. Peter Lang Publishing.
- Ribeiro, A. B. e Menezes, I. (2009), Fact or just news? An analysis of digital citizenship of European youth. In A. G. Ferreira & M. L. Felgueiras (orgs.), *Buildings telling European heritage: pedagogical perspectives* (pp.55-76). Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do séc. XX
- Sloam, J. e Henn, M. (2019), *Youthquake 2017: The Rise of Young Cosmopolitans in Britain*. Springer International Publishing.
- Sveningsson, M. (2015), 'I wouldn't have what it takes': Young sweeds' understanding of political participation. *Young*, 24(2), 139-156.
- Treré, E. e Mattoni, A. (2016), Media ecologies and protest movements: main perspectives and key lessons. *Information, Communication and Society*, 19(3), 290-306. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1109699>
- Viola, J. K. (2020), *Young people's civic identity in the digital age*. Palgrave Macmillan.

Anexos

Anexo I: Guiões utilizados nas entrevistas aprofundadas

Proposta Guião entrevista Escudo Identitário

Nota: Agradecer disponibilidade/presença e salientar que é importante, para nós, ouvir jovens com diferentes perspetivas e, assim, quebrar a tendência de os/as investigadores/as apenas falarem com jovens de esquerda. Garantir o anonimato e confidencialidade; dizer que vai ser gravado e que pode interromper a entrevista sempre que quiser.

1. Motivações pessoais o para envolvimento no grupo/coletivo

- 1.1. Pode realizar, por favor, uma breve descrição do seu envolvimento no Escudo Identitário?
- 1.2. Como descreve a sua experiência pessoal enquanto membro do Escudo Identitário?
 - 1.2.1. O que considera mais positivo [ganhos] na sua experiência enquanto ativista deste coletivo? [relações entre pares; atividades; discussões; negociações]
 - 1.2.2. E o mais difícil [perdas]?
- 1.3. O que o/a levou a tornar-se ativista do Escudo Identitário? [explorar influências; motivações; episódios; pessoas]
 - 1.3.1. Como começou a ter uma participação mais ativa neste coletivo?
 - 1.3.2. E porque mantém esse ativismo?
- 1.4. As pessoas referem muitas vezes que o seu interesse em participar esbarra em diferentes obstáculos. Tem sentido algumas barreiras à sua participação?

2. Ideologia/valores do grupo e dos seus objetivos

- 2.1. O Escudo Identitário, apresenta-se, nas suas páginas, como um coletivo jovem com fortes laços entre si. Como caracteriza o ambiente no coletivo?
 - 2.1.1. Como o movimento promove a participação dos/as ativistas nos processos de tomada de decisão?
- 2.2. Quais os temas/assuntos que são mais mobilizadores/importantes para o coletivo? Pode dar alguns exemplos? [tentar pegar no que é dito e relacionar com algumas das seguintes questões]
 - 2.2.1. Numa das publicações é referido que “*O Escudo Identitário surge como um grito de guerra contra este mundo moderno*”. Pode especificar o que o coletivo defende e contra o que combate?
 - 2.2.2. Quais as ações mais importantes que o Escudo Identitário tem feito?
 - 2.2.2.1. Com que intenções o faz?
 - 2.2.3. É também possível notar que o Escudo enaltece de forma recorrente o passado de Portugal. Porque esta questão é importante?

2.2.3.1. De que modo esta questão influencia os valores/ideologias do coletivo? [este movimento refere, nas suas publicações, que as ideologias do passado devem servir de base para a construção do futuro do nosso país]

2.2.4. No que pudemos observar nas redes sociais, consta que o coletivo defende uma distinção entre povo/cidadãos nacionais e imigrantes. O que são os/as portugueses/as? O que os/as diferenciam? [explorar questão da substituição populacional; desapropriação da identidade nacional; discurso que questiona a presença destas pessoas]

2.2.4.1. E qual a perspetiva do coletivo sobre as ações dos políticos profissionais? [observa-se o carácter antissistema do coletivo]

2.2.5. O Escudo Identitário refere, frequentemente, o trabalho de luta que é feito pelo coletivo em diversos pontos. Qual a sua opinião sobre o papel deste tipo de coletivos para a mudança social e política?

2.3. Dado que estivemos a observar durante alguns meses a atividade do coletivo nas suas páginas de redes sociais, pode explorar o porquê desta presença do movimento nestas plataformas? Quais são os efeitos esperados desta utilização? [relação com o ativismo]

3.1. Através dos *posts* aparenta que o Escudo Identitário considera que temos pela frente um futuro terrível e, por conseguinte, é necessário defender o futuro. O que acha que vai acontecer nos próximos anos?

3.1.1. O que gostava que acontecesse nesse plano?

3.1.2. E qual considera ser o papel dos/as jovens para isso acontecer? Como estes/as podem ajudar?

Proposta Guião entrevista Plataforma Já Marchavas

Nota: Agradecer disponibilidade/presença e garantir o anonimato e confidencialidade; dizer que vai ser gravado e que pode interromper a entrevista sempre que quiser.

1. Motivações pessoais o para envolvimento no grupo/coletivo

1.1. Pode realizar, por favor, uma breve descrição do seu envolvimento na Plataforma Já Marchavas?

1.2. Como descreve a sua experiência pessoal enquanto membro da Plataforma?

1.2.1. O que considera mais positivo [ganhos] na sua experiência enquanto ativista deste coletivo? [relações entre pares; atividades; discussões; negociações]

1.2.2. E o mais difícil [perdas]?

1.3. O que o/a levou a tornar-se ativista da Plataforma Já Marchavas? [explorar influências; motivações; episódios; pessoas]

1.3.1. Como começou a ter uma participação mais ativa neste coletivo?

1.3.2. E porque mantém esse ativismo?

1.4. As pessoas referem muitas vezes que o seu interesse em participar esbarra em diferentes obstáculos. Tem sentido algumas barreiras à sua participação?

2. Ideologia/valores do grupo e dos seus objetivos

2.1. A plataforma apresenta-se, nas suas páginas, como um movimento de cidadãos/ãs e de coletivos unidos na defesa de várias causas. Como caracteriza o ambiente no coletivo?

2.1.1. Como o movimento promove a participação dos/as ativistas nos processos de tomada de decisão? [pela observação *online* verifica-se uma horizontalidade e abertura à comunidade do coletivo]

2.2. Quais os temas/assuntos que são mais mobilizadores/importantes para a Plataforma? Pode dar alguns exemplos? [tentar pegar no que é dito e relacionar com algumas das seguintes questões]

2.2.1. No que pudemos observar existe uma interseccionalidade nas causas sensíveis ao grupo. Pode explorar, nesta medida, o que o coletivo defende? E contra o que a Plataforma combate?

2.2.2. Desde que estivemos a observar as redes sociais da Plataforma, foi possível identificar 3 ações de rua [Marcha; Memorial no dia internacional para a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres; Dia internacional dos direitos humanos]. Quais são os objetivos destas iniciativas? Qual o impacto que é esperado?

2.2.2.1. Além disso, observa-se uma forte componente visual e artística nestes momentos. Que razões justificam esta opção da Plataforma?

2.2.2.2. O que esta componente artística e visual pode trazer de novo para iniciativas deste género?

2.2.3. Noutro plano, do que foi possível ver, aparenta que o coletivo tem uma relação por vezes tensa (ou difícil) com os/as governantes locais. Pode falar um pouco sobre esta ligação do coletivo às figuras da política institucional? [nas redes sociais, é

possível observar que a Plataforma considera a ação da Câmara de Viseu desrespeitosa, castradora e leviana]

2.2.4. “*Depende de nós e estamos aqui*”, é uma frase retirada de uma publicação da Plataforma. Qual a sua opinião sobre o papel deste tipo de coletivos para a mudança social e política?

2.3. Dado que estivemos a observar durante alguns meses a atividade do coletivo nas suas páginas de redes sociais, pode explorar o porquê desta presença do movimento nestas plataformas? Quais são os efeitos esperados desta utilização? [relação com o ativismo]

3.1. A plataforma refere que, hoje em dia, a sociedade ainda é muito conservadora e que diferentes formas de violência estão a propagar [*vivemos tempos perigosos que têm levado a discursos homofóbicos, machistas, racistas, xenófobos*]. O que acha que vai acontecer nos próximos anos?

3.1.1. O que gostava que acontecesse, nesse plano?

3.1.2. E qual considera ser o papel dos/as jovens para isso acontecer? Como estes/as podem ajudar?

Proposta Guião entrevista Extinction Rebellion Lisboa

Nota: Agradecer disponibilidade/presença e garantir o anonimato e confidencialidade; dizer que vai ser gravado e que pode interromper a entrevista sempre que quiser.

1. Motivações pessoais o para envolvimento no grupo/coletivo

1.1. Pode realizar, por favor, uma breve descrição do seu envolvimento no Extinction Rebellion?

1.2. Como descreve a sua experiência pessoal enquanto membro do XR?

1.2.1. O que considera mais positivo [ganhos] na sua experiência enquanto ativista deste coletivo? [relações entre pares; atividades; discussões; negociações]

1.2.2. E o mais difícil [perdas]?

1.3. O que o/a levou a tornar-se ativista do Extinction Rebellion? [explorar influências; motivações; episódios; pessoas]

1.3.1. Como começou a ter uma participação mais ativa neste coletivo?

1.3.2. E porque mantém esse ativismo?

1.4. As pessoas referem muitas vezes que o seu interesse em participar esbarra em diferentes obstáculos. Tem sentido algumas barreiras à sua participação?

2. Ideologia/valores do grupo e dos seus objetivos

2.1. O XR apresenta-se como um grupo de jovens bastante preocupados com o futuro ambiental do planeta Terra. Como caracteriza o ambiente no coletivo?

2.1.1. Como o movimento promove a participação dos/as ativistas nos processos de tomada de decisão? [pela observação *online* verifica-se uma horizontalidade e abertura à comunidade do coletivo]

2.2. Quais os temas/assuntos que são mais mobilizadores/importantes para o coletivo? Pode dar alguns exemplos? [tentar pegar no que é dito e relacionar com algumas das seguintes questões]

2.2.1. No que podemos observar são várias as causas sensíveis ao grupo. Pode explorar, nesta medida, o que o coletivo defende? E contra o que o XR combate?

2.2.1.1. Qual a perspetiva do coletivo sobre as ações dos políticos profissionais, nesses assuntos? [através da observação compreende-se o caráter antissistema do grupo; culpabilização figuras política institucional]

2.2.2. No período de observação *online* notamos a importância que as ações de desobediência civil, com uma componente artística e performativa, têm para o coletivo [graffitis; bloqueio espaços públicos;]. Quais são os objetivos destas iniciativas? Qual o impacto que é esperado?

2.2.2.1. E como reage a que alguns/algumas utilizadores/as considerem estes comportamentos como vandalismo e ações desapropriadas?

2.2.2.2. Que potencialidades considera que estas (novas) formas de ativismo trazem para a luta cívica e política?

2.2.3. Além disso, observa-se também a participação direta através da esfera digital [cyberações; tweet e photo storm]. Quais as razões para esta opção do coletivo?

2.2.3.1. Quais são os objetivos destas iniciativas? Qual o impacto que é esperado?

2.2.4. O XR defende que “*Não haverá vacina que nos salve da crise climática, nós somos os anticorpos*”. Qual a sua opinião sobre o papel deste tipo de coletivos para a mudança social e política?

2.2.4.1. Uma das propostas do XR é, efetivamente, a constituição de assembleias de cidadãos/ãs, onde as pessoas são chamadas à tomada de decisão sobre a crise climática. Considera que as pessoas deveriam ter este papel e poder? Porquê?

2.3. Dado que estivemos a observar durante alguns meses a atividade do coletivo nas suas páginas de redes sociais, pode explorar o porquê desta presença do movimento nestas plataformas? Quais são os efeitos esperados desta utilização? [relação com o ativismo]

3.1. O XR refere que “*não haverá planeta habitável sem uma ação imediata*”. O que acha que vai acontecer nos próximos anos?

3.1.1. O que gostava que acontecesse nesse plano?

3.1.2. E qual considera ser o papel dos/as jovens para isso acontecer? Como estes/as podem ajudar?

Proposta Guião entrevista Frente Unitária Antifascista

Nota: Agradecer disponibilidade/presença e garantir o anonimato e confidencialidade; dizer que vai ser gravado e que pode interromper a entrevista sempre que quiser.

1. Motivações pessoais o para envolvimento no grupo/coletivo

1.1. Pode realizar, por favor, uma breve descrição do que foi o seu envolvimento na Frente Unitária Antifascista?

1.2. Como descreve a sua experiência pessoal enquanto membro deste coletivo?

1.2.1. O que considera mais positivo [ganhos] na sua experiência enquanto ativista da Frente Unitária Antifascista? [relações entre pares; atividades; discussões; negociações]

1.2.2. E o mais difícil [perdas]?

1.3. O que o/a levou a tornar-se ativista da FUA? [explorar influências; motivações; episódios; pessoas]

1.3.1. Como começou a ter uma participação mais ativa neste coletivo?

1.3.2. E porque manteve esse ativismo?

1.4. As pessoas referem muitas vezes que o seu interesse em participar esbarra em diferentes obstáculos. Sentiu algumas barreiras na sua participação?

2. Ideologia/valores do grupo e dos seus objetivos

2.1. Olhando em retrospectiva, como caracterizaria o ambiente da FUA, antes da sua dissolução?

2.1.1. Como o movimento promovia a participação dos/as ativistas nos processos de tomada de decisão?

2.2. Quais os temas/assuntos que eram mais mobilizadores/importantes para o coletivo? Pode dar alguns exemplos? [tentar pegar no que é dito e relacionar com algumas das seguintes questões]

2.2.1. No que pudemos observar existia uma interseccionalidade nas causas sensíveis ao grupo. Pode explorar, nesta medida, o que o coletivo defendia? E contra o que a FUA combate?

2.2.2. Nas páginas de redes sociais da FUA, nota-se um foco intenso em grupos e partidos políticos de extrema-direita. Porquê esta atenção constante? Qual é o impacto esperado deste escrutínio e ataque?

2.2.2.1. A FUA afirmava que não deve existir #nenhumespacoparaosfachos. Assim, este espaço centrado nestas pessoas/grupos não constitui uma ambiguidade? Qual a sua opinião sobre isto?

2.2.3. “*Não importa não se ser fascista, mas sim ser-se antifascista*”. Pode comentar esta frase retirada de um *post* da FUA? Qual a sua opinião sobre esta necessidade de sublinhar esta posição hostil e de oposição?

2.2.4. É também possível notar que a FUA tentava desconstruir o passado bélico – “*antigamente é que era bom...*” – do nosso país referido por algumas pessoas. Porque esta questão é importante?

2.2.5. A FUA referia que constituía um coletivo que “*luta[va] pelo que acredita*”. Qual a sua opinião sobre o papel deste tipo de coletivos para a mudança social e política?

2.3. Dado que estivemos a observar durante alguns meses a atividade do coletivo nas suas páginas de redes sociais, pode explorar o porquê desta presença do movimento nestas plataformas? Quais eram os efeitos esperados desta utilização? [relação com o ativismo]

3.1. A FUA pretendia “*frear a ascensão da extrema-direita*” que tem existido na nossa sociedade. O que acha que vai acontecer nos próximos anos?

3.1.1. O que gostava que acontecesse nesse plano?

3.1.2. E qual considera ser o papel dos/as jovens para isso acontecer? Como estes/as podem ajudar?

